



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFROBRASILEIRA-UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

RITA KATIANA MORENO DA COSTA

**A ESCRIVIVÊNCIA DE UMA MULHER NEGRA ARQUITETA E URBANISTA
EM FORTALEZA - CEARÁ**

**ACARAPE-CE
2025**

RITA KATIANA MORENO DA COSTA

**A ESCRIVIVÊNCIA DE UMA MULHER NEGRA ARQUITETA E URBANISTA EM
FORTALEZA - CEARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharela em Humanidades.

Orientadora: Prof^a. Dra. Jacqueline da Silva Costa

**ACARAPE-CE
2025**

RITA KATIANA MORENO DA COSTA

Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharela em Humanidades.

Aprovada em ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Jacqueline da Silva Costa
(orientadora)
UNILAB

Prof.^a Mestranda Sueide Menezes da Silva
(Examinadora Interna)
UNILAB

Psicóloga – Dra. Claudia Patrícia Rodrigues de Oliveira
(Examinadora Externa)
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

Profa. Doutoranda Cristiane Gonçalves Ribeiro
(Examinadora Externa)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Dedico esse trabalho de final de curso que compõe àqueles(as) minha ancestralidade: Maria Isabel Ferreira Lima, Maria Moreno, Maria Aldenora de Lima Moreno, e minha mãe: Ana Marlene Moreno da Costa. E também a Jose Eduardo Moreno (meu avô) e Francisco Assis da Costa (meu Pai).

A minha ancestralidade feminina que resistiu silenciosa e avançou passo a passo, para que agora, eu pudesse dar-lhes voz.

As minhas filhas, Giulia e Bianca, que são a minha descendência.

De forma especial e carinhosa a memória de minha vó Alda (Aldenora), que tentava entender o motivo de eu continuar estudando.

AGRADECIMENTOS

À vida que nos move.

Ao tempo presente que nos possibilitar falar o que outrora seria calado.

A todas as pessoas que fazem parte do meu ser através de suas ideias.

Aos meus pais, Marlene e Assis, sem os quais eu aqui não estaria, pois sempre acreditaram na minha capacidade e inteligência, tendo sempre me apoiado quando decidi voltar a estudar, inclusive me ajudando financeiramente quando me instalei em Redenção para cursar essa nova graduação.

As minhas filhas: Giulia e Bianca, que me deram horizonte, quando não entendia a razão de viver. E que sempre, sempre me apoiaram em minhas escolhas e me nortearam quando da minha identificação como mulher negra.

A Ramom, amigo e companheiro, pelo sugestão e incentivo a fazer o curso de Humanidades na UNILAB. E por ser um interlocutor no meu processo de aprender - sempre pontuando à dialética - sobre feminismo negro e sobre quem eu sou.

À prof.a Jacqueline Costa, sem a qual esse empreendimento não seria possível, nem mesmo imaginado.

Às mulheres que formam o coração e a mente do **Coletivo Lélia Gonzalez, Presente!**, e que participam dos Ciclo Formativos Sobre o pensamento Feminismo Negro.

Aos meus muitos e diversos amigos e amigas, fora e dentro da universidade que me acompanharam de forma direta ou indireta nessa caminhada.

As mulheres arquitetas negras que conheci, cuja a simples existência me traz o sentimento de pertencimento e gratidão.

RESUMO

Esta pesquisa é fruto do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujo objetivo é narrar a minha trajetória de vida como mulher negra, oriunda do bairro periférico José Walter. Em 1996, conclui o Curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Ceará (UFC), ainda me vendo apenas como “parda consciência de ser negra chega somente ao longo dos anos, quando fui discente no curso de Filosofia na Universidade Estadual do Ceará (UECE), e se consolida com o ingresso no curso de Curso de Bacharelado em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), em Redenção, Ceará. Meu interesse por esse tema de pesquisa se deu após o meu contato com o 1º Diagnóstico do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil sobre gênero e raça, que me fez refletir sobre os números nele apresentados e sobre a forma como minha vida profissional se desenvolveu. Está é uma pesquisa qualitativa com base teórica e metodológica na “Escrevivência”, conceito elaborado por Conceição Evaristo (2020). Os resultados apontam a organização da minha escrita a partir das descobertas e das informações que obtive sobre mim a partir do contato com a produção de escritoras negras nos Ciclos Formativos do Coletivo Lélia Gonzalez, um coletivo de mulheres negras no qual estudamos o Pensamento Feminista Negro. Ler autoras como Lélia Gonzalez, Grata Kilomba, Patrícia Hill Collins e Conceição Evaristo que discute o lugar da mulher negra de uma perspectiva interseccional. Concluo que o contato com os textos, com as experiências das companheiras negras do Coletivo Lélia impulsionou-me e despertou em mim uma escrita carregada de memórias, afetos, compaixão com minhas dores e desafios vividos enquanto uma mulher negra periférica e arquiteta e que me fortalece e dá a oportunidade de me reformular como intelectual e profissional.

Palavras Chave: Mulher Negra; Arquitetura e Urbanismo; Escrevivência, Coletivo Lélia Gonzalez, Unilab;

ABSTRACT

This research is the result of my Undergraduate Thesis, which aims to narrate my life trajectory as a Black woman from the peripheral neighborhood of José Walter. In 1996, I completed my Architecture and Urbanism degree at the Federal University of Ceará (UFC), still identifying myself only as “mixed-race”. The awareness of being Black only came over the years, when I was a student in the Philosophy course at the State University of Ceará (UECE), and it was consolidated with my entry into the Bachelor's degree in Humanities at the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB), in Redenção, Ceará. My interest in this research topic arose from my contact with the 1st Diagnosis of the Council of Architecture and Urbanism of Brazil on gender and race, which made me reflect on the numbers presented in it and on how my professional life developed. This is a qualitative research with a theoretical and methodological basis in "Escrevivência" ('Writing Experience' a concept developed by Conceição Evaristo, 2020). The results indicate that my writing is organized based on the discoveries and information I gained about myself through contact with the work of Black women writers in the Training Cycles of the Lélia Gonzalez Collective, a collective of Black women where we study Black Feminist Thought. Reading authors such as Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Patricia Hill Collins and Conceição Evaristo, who discuss the place of Black women from an intersectional perspective, has been invaluable. I conclude that contact with the texts of these authors, along with the experiences of the Black women in the Lélia

Gonzalez Collective has propelled and awakened in me a writing style laden with memories, affections, and compassion for my own pain and challenges as a Black woman from the periphery and an architect, strengthening me and giving me the opportunity to reinvent myself as an intellectual and professional.

Keywords: Black Woman; Architecture and Urbanism; Writing Experience (Escrevivência), Lélia Gonzalez Collective, Unilab;

MINI BIO

Rita Katiana Moreno da Costa
(Autora)



Sou Rita Moreno, Filha, Mãe, Mulher Negra, Amiga, Realista e Sonhadora. Amo a natureza. Penso que nossa maior riqueza são nossos relacionamentos, gosto de estar bem entre as pessoas e de fazê-las sentir-se bem quando estão comigo. Meu maior desafio tem sido me colocar em primeiro lugar. Para isso lugares seguros onde posso me expressar e compartilhar sem ser julgada, tem sido essenciais. Sou graduada em Arquitetura e Urbanismo (1996), pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Bacharel em Filosofia (2021), pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Dedico-me em estudar outras áreas do conhecimento que estimulem minha mente intelectual e minha visão social do mundo. Atualmente, estudo para compreender minha trajetória profissional a partir das desigualdades de gênero e raciais, para isso empreendendo o estudo das Intelectuais Negras e dos Feminismos Negros. Discente do curso de Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (Unilab/Ceará) desde 2022. Participo o Coletivo Lélia Gonzalez, Presente!

Jacqueline da Costa
(Orientadora)



Sou Mulher Preta, Feminista, Educadora, Filha de Oxum, Militante, Pantaneira, Escritora, Filha de Maria Constantina da Costa e Benedito da Costa. Licenciada em Letras pela Unemat (2001), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT-2005), Pedagoga pela UNINOVE (2014) e Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-2015). Dedico-me em estudar trajetórias de vida de estudantes negras e negro, Desigualdades raciais, Racialização da experiência, Racismo e Políticas de Ações Afirmativas, Intelectuais Negras e Feminismos Negros. Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (Unilab/Ceará) desde 2016 (Concurso: EJA e Movimentos Sociais), lotada no Curso de Pedagogia (ministra as cadeiras de EJA e Literatura Negra, ministra cadeiras de Estrutura e Relações de Poder, Identidade e Poder no Curso de Bacharelado em Humanidades, Profa. Permanente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH/Unilab. Professora membra e fundadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro, Africanos e Indígena – Neaabi. Coordeno o Projeto de Extensão Lélia Gonzalez, Presente! Projeto de Formação Interdisciplinar, Intelectual e Político sobre o Pensamento Feminista Negro, Conhecimento e Empoderamento de Mulheres Negras. Líder do Grupo de Pesquisa: Lelia Gonzalez, Presente! Rede de Estudos e Formação sobre o Pensamento Feminista Negro, Interseccionalidades, Trajetórias e Escrevivências.

Sueide Menezes
(Professora Avaliadora)



Sueide Menezes é mulher negra baiana, Bacharel em Humanidades, Licenciada em História e pós-graduada em História do Brasil. Mestranda no Programa Interdisciplinar em Humanidades (MIH), desenvolve a pesquisa “Entre representação e representatividade: sentidos de raça e gênero nas Leis 10.639/2003 e 14.986/2024”. Atua nas áreas de educação, raça, gênero e estudos decoloniais, com ênfase no protagonismo da mulher negra. É também militante das pautas antirracistas e de valorização das mulheres negras, articulando produção acadêmica e compromisso político.

Claudia Oliveira
(Professora Avaliadora)



Sou, Claudia Oliveira, moro em Cáceres, natural de Cuiabá MT, Psicóloga Clínica e bacharel em Direito, com especialização em andamento em Docência e Gestão do Ensino Superior. Estou em formação na Clínica Decolonial Afrodiáspórica e nos estudos em Psicologia Preta com abordagem em Terapia Cognitivo-Comportamental, além de cursar extensão em Educação Especial na perspectiva inclusiva sou Formadora no Coletivo Lélia Gonzalez.

Cristiane Ribeiro
(Professora Avaliadora)



Sou, mulher negra, feminista, graduada em Geografia- UNEMAT, Especialista em Políticas Públicas e Controle Social do Estado- UNEMAT, Mestra em Geografia- UNEMAT, Doutoranda -UFRN e Formadora do Coletivo Lélia Gonzalez, Presente! (Unilab-Ce).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: “ENTRE O PROJETO E A TECITURA”	8
1. PARA GRADUAR É PRECISO TEMATIZAR.....	11
2. FALAR DESDE O MEU CORPO-TERRITÓRIO.....	16
3. ESCRIVÊNCIA: ATO POLÍTICO, E INTERSECCIONALIDADE	20
4. MULHER NEGRA, MÃE, ARQUITETA E URBANISTA	28
4.1 Sobre mim	33
4.1.1 Minha relação com o conhecimento.....	34
4.1.2 Minha relação com a profissão x vida familiar	39
4.1.3 Retornando aos estudos – redirecionando a rota.....	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	49

INTRODUÇÃO: “ENTRE O PROJETO E A TECITURA”

Sou feita de retalhos.
 Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na
 alma.
 Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser quem
 eu sou.
 Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior...
 Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade...
 Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa.

E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços de outras gentes que vão
 se tornando parte da gente também.
 E a melhor parte é que nunca estaremos prontos, finalizados...
 Haverá sempre um retalho novo para adicionar à alma.

Portanto, obrigada a cada um de vocês, que fazem parte da minha vida e que me
 permitem engrandecer minha história com os retalhos deixados em mim. Que eu
 também possa deixar pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles possam ser
 parte das suas histórias.

E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso
 bordado de “nós”.
(Cora Coralina)

A confecção¹ deste trabalho final de curso foi como fazer um projeto², mas também foi um pouco como costurar uma colcha de retalhos. Quando penso em fazer um projeto preciso do máximo de informações para pensá-lo e sobretudo preciso saber qual o objetivo final, o local que quero alcançar, para poder traçar um roteiro e aproximar-me ao máximo do objetivo, porque o resultado final tende a ser idealizado. Então é um ponto para onde aponto uma flecha, e traço um caminho. Já confeccionar uma colcha de retalhos é algo relativamente simples. Colecciona-se os retalhos, porém tem-se de decidir com irá usá-lo: se de forma aleatória, ou se irá separá-los por: cores, estampas, tamanhos, e depois de escolher inicia-se (o que tende a ser um trabalho mais terapêutico) o processo de montagem da colcha.

Mesmo agora, já tendo escrito várias páginas, ainda me encontro com certa insegurança sobre o objetivo final, tenho para mim que embora seja uma escrita do tipo escrivência, desejo que a escrita, a ideia, que ela possa ser um fio condutor da minha história de vida. Confesso, sei o ‘não’, mas ainda estou aprendendo o ‘sim’. E quando digo: sei o ‘não’ quero afirmar justamente que sei o que não quero fazer. Contudo, enquanto construção ainda estou elaborando o sim, que é o que quero fazer aqui. Vamos juntas.

¹ Durante minha infância e adolescência acompanhei o trabalho de minha mãe na confecção que havia em nossa casa, aprendendo com minha mãe a cortar tecidos e costura-los afim de ter roupas para uso.

² Fazer um projeto aqui está referido ao processo de produzir uma peça arquitetônica, dado que falo a partir do referencial do exercício da profissão de arquiteta urbanista.

Então ao invés de pensar no modo de projetar que utilizo no meu fazer arquitetônico: onde uma das minhas principais tarefas é saber ouvir para entender o desejo final do cliente, e assim traçar – literalmente - o protótipo do que será o objeto, aqui creio que usarei o que aprendi com minhas avós e mãe, a confecção. De modo quase lúdico, como a montagem de um quebra cabeça, que espero, resulte na minha colcha de retalhos da história de uma mulher negra que está se construindo através das experiências e dos aprendizados diversos para compreender o seu lugar no mundo preto e branco, que é o mesmo olhado de perspectivas diferentes.

É uma pesquisa qualitativa que tem como base teórica e metodológica a “Escrevivência”, conceito elaborado por Conceição Evaristo (2020). Ela define Escrevivência como:

“um discurso literário que traz uma memória antiga” (EVARISTO, 2020 pag.44) ou “ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças.” (pag.30)

É a partir desse conceito-ideia de Conceição que me pus a escrever as memórias de minha trajetória, carregada do próprio fazer arquitetônico que mistura técnica e arte, e carregada também de todas as vozes femininas que me habitam, esta ação de escrever é uma ação de autoconhecer-se e de libertar-se.

Foi lendo autoras como Lélia Gonzalez que discute o lugar da mulher negra de uma perspectiva interseccional, Grada Kilomba que fala dos racismos cotidianos e do silenciamento das pessoas negras, Patrícia Hill Collins que fala da forma como a mulher negra é representada, e da inexistência de representações positivas, e que também fala dos espaços seguros tão necessários ao nosso desenvolvimento, que passo a entender o estranhamento sentido ao longo da experiência do exercício de minha profissão, as dificuldades na atuação, tudo é elucidado a partir do aprendizado destes novos conhecimentos. Aprendo com Conceição Evaristo, a partir do conceito de escrevivência - que se trata de uma escrita da mulher negra como sujeito, de forma ativa, não para ‘ninar o branco’, mas para despertá-lo – a importância de escavar memórias, de dar protagonismo aos nossos, a nós mesma.

Dito isso os capítulos seguintes foram pensados como um fio condutor de montagem dessa colcha, onde procuro organizar os tecidos(assuntos) e depois exercê-los na escrevivência de mim. Em ‘Para graduar é preciso tematizar’ contextualizo a escolha do tema e sua evolução e também procuro justificar a escolha narrando o caminho que me fez chegar a fazer uma escrevivência. Nos capítulos ‘Compartilhar trajetória, falar do meu corpo-território’ e ‘Escrever como ato político: classe, gênero e raça’ procuro trazer os objetivos desta escrita, sempre os

justificando. Ao pensa na trajetória compartilho explicação de corpo-território da prof.^a Fernanda Cristina de Paula e prossigo com as autoras Grada Kilomba que nos lembra que a voz do corpo negro é silenciada, Lélia Gonzalez que desde a muito nos chama para ver que os corpos negros femininos tem barreiras múltiplas para superar, Patrícia Hill Collins nos diz sobre as imagens de poder, impostas para determinar as ‘funcionalidades’ do corpo negro feminino e também fala dos locais seguros que nos empodera e dá eco a nossa voz de mulheres negras. Esse corpo é também um território onde habitam percepções e emoções, esse corpo pode falar e procura superar as dificuldades inclusive e também a partir de uma nova representação. Assim seguimos para a ideia de que a escrita da trajetória de um corpo negro feminino é política, política que articula o pensamento interseccional. Vemos no conceito de Escrevivência de Evaristo não só a recuperação da fala do corpo feminino negro, como também a denuncia de que esses corpos foram dominados e juntos com eles suas falas, agora recuperados no escrever de Conceição, que afirma tacitamente que não pretendemos adormecer os brancos com cantigas, mas despertá-los. Lembra-nos Conceição que *"A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa-grande”, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos"*. (EVARISTO, 2020 p. 54).

Tendo essas coisas encaminhadas dou início a escrevivência propriamente dita no ‘Mulher negra arquiteta’ onde escrevo a partir das memórias, dos afetos, da minha trajetória. Princípio com memórias das histórias que ouvi sobre as avós, sempre tão presentes em minha vida infantil. Narro o encontro de meus pais e um pouco da infância e depois adolescência, para já ir a vida adulta, sempre buscando relacionar com como cheguei a ser arquiteta, como foi trabalhar nesta área e porque continuei estudando noutras áreas.

Minhas considerações finais envolvem questões de como sendo mulher negra é difícil para mim, desvencilhar de falas e pensamentos sobre mim e minha existência no mundo, contudo já havia observado esse movimento em outros escritores negros. Depois reforço o impacto que os primeiros encontros de arquitetos negros e indígenas promovidos pelo CAUCE em paralelo com o grupo de estudo Ciclos Formativos do Coletivo Lélia Gonzalez tiveram sobre mim. A transformação que percebo em mim, na forma como olho o meu lugar, e em observar também as mudanças que estão acontecendo no entorno. De forma que lanço um olhar positivo sobre as novas produções dos arquitetos(as) na academia e fora dela, dado que os corpos negros trazem consigo suas histórias.

1. PARA GRADUAR É PRECISO TEMATIZAR

Desde que iniciei a missão de procurar um tema para um trabalho de conclusão de curso (TCC), minha mente tem se movido em duas direções, convergente e diversa. Explico: quando iniciei o curso do Bacharelado em Humanidades (BHU) na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) eu apenas tinha um objetivo (que era para onde tudo convergia), que é: continuar estudando e aprendendo. Então, realmente, eu não tinha noção de onde eu estava me colocando (que é a diversidade da questão). Estava recém egressa do curso de bacharelado em filosofia, feito na Universidade Estadual do Ceará (UECE), o qual levei 10 anos para concluir, entre greves, trabalho e pandemia. Após um intervalo de um semestre e vendo minhas duas filhas na universidade e eu apenas trabalhando e sendo dona de casa, vi-me inquieta, e diante da possibilidade de concorrer a uma vaga remanescente na UNILAB, lá fui eu, e cá estou.

De toda forma, como o curso é para ser concluído em 3 anos, e o custo financeiro em prolongá-lo seria alto (dado que é em outra cidade, tenho despesas para me deslocar e manter-me noutra outra cidade), pus-me a perguntar: sobre o que gostaria de falar? o que gostaria de pesquisar? Desde o início do curso. Sempre tive um desejo de falar algo da minha profissão. Ah! a minha profissão? Como deve está dito no título do TCC, eu sou profissional formada no curso de Arquitetura e Urbanismo (Universidade Federal do Ceará – em 1996). No curso de filosofia não encontrei um meio de fazê-lo, sei que há livros que falam de arquitetura e filosofia, da arquitetura como conceito de arte ou quando se aborda o conceito de estética, mas isso não me comoveu.

Chegando aqui, em Redenção, na UNILAB, nas aulas do curso, envolvida pela pluralidade de pessoas, advindas de territórios diversos, em suas diásporas voluntárias (ou não), para o bem fazer de aprender, seja pela necessidade de se profissionalizar ou, como eu costumo fazer, atualizar os conhecimentos e modificar nossa visão de mundo, confesso que me vi encantada. Embora não consiga precisar, creio que no primeiro semestre, lembro-me, que na aula foi apresentada uma aluna dizendo da sua experiência com a confecção de TCC e/ou de dissertação. Sendo a aluna que fazia exposição uma mulher negra que havia cursado educação física e depois se especializou em arbitragem e como não conseguisse se efetivar no exercício de sua profissão, voltou as salas de aulas, num mestrado, e sua dissertação foi sobre gênero e sua atividade profissional. Nesse momento vislumbrei a possibilidade da temática para o meu TCC.

Contudo ainda era tudo muito genérico. Lembro-me que na cadeira do segundo semestre, mais precisamente: *Expressões artísticas e Estéticas contemporâneas*, ministrada pela Prof.^a Dra. Denise Ferreira dos Santos Cruz) uma aluna, mulher negra, quilombola, apresentou não o seu TCC, mas a história dela mesma e do TCC que se entrelaçavam e foi a primeira vez que ouvi falar em TCC autobiográfico. Apenas registrei a informação.

Nas cadeiras seguintes (Metodologias e Oficinas) tive que começar a escrita do projeto de pesquisa e tentei focar nisso, numa delimitação temática. E, confesso, tive uma incrível dificuldade de dizer sobre, exatamente, o que queria pesquisar. O que sabia: falaria das mulheres negras no exercício da profissão de arquiteta. Queria saber o que elas estão fazendo e como chegaram ali. Talvez analisar os porquês? Também isso era genérico. Então pus-me a fazer cadeiras relacionadas ao tema como: Gênero e Sexualidade na história, ministrada pela prof.^a Dra. Silvana Fernandes Mariz e as cadeiras de *Sociologia nas Relações Raciais* ministrada pelo (a) professores Dr. Antônio Marcos e Souza Silva e Danielle Ellery Mourão e a disciplina de *Teoria sobre o Racismo e Discursos Antirracistas* ministrada pela prof.^a Dra. Joalice Santos Conceição, para tentar entender os assuntos pertinentes que poderiam vir a ser abordados. Antes ainda a prof.^a Dra. Camila Maria Marques Peixoto, da cadeira de *Leitura e produção textual II*, sugeriu falar de fazer um estudo de imagens para localizar a representatividade das mulheres negras nas atividades de arquiteta. Nada disso era isso que eu estava pensando. Segui então procurando o meu ‘recorte’.

De toda forma porque falar das mulheres negras e da profissão de arquiteta? Primeiro por ser uma questão pessoal, eu sou uma mulher negra, e esse reconhecimento de raça fica muito enegrecido dentro da universidade, disciplina após disciplina. A segunda motivação foi de ser um desejo a muito acalentado de conciliar meus novos conhecimentos com os antigos, penso que fazer valer esses conhecimentos adquiridos. E, de fato, vi uma possibilidade real nessa união de saberes, aqui dito interdisciplinares. E talvez, a terceira e uma forte justificativa foi o acesso que tive, quando iniciei as pesquisas, ao **1º Diagnóstico de Gênero na Arquitetura e Urbanismo realizado pelo CAU-BR** (Conselho de Arquitetura e Urbanismo – Brasil) que é fruto de uma pesquisa feita entre 2019 e 2020 entre os arquitetos de todo o país, e traz dados numéricos acerca de gênero e raça. E esses dados corroboraram para reforçar minha pergunta sobre ‘o lugar das mulheres negras no fazer da arquitetura e do urbanismo.’

Então esse TCC se justifica dada a atualidade temática como citado a Revista on line **Archdaily**, no artigo 4 *Projetos que buscam aprofundar a discussão de raça na arquitetura*, que diz:

“as discussões de raça e gênero na arquitetura estão apenas começando a tomar fôlego, e uma de suas repercussões são os projetos e iniciativas que buscam mapear e identificar arquitetas e arquitetos negros que, embora numerosos e em prolífica atividade, são pouco citados - e publicados.”³ (Revista on line archdaily, 2018)

Continuando a pesquisar sobre a temática pude verificar que se multiplicam estudos relacionados a temáticas de gênero e raça, mesmo na área de arquitetura. Ainda a partir do 1º Diagnóstico - Gênero na Arquitetura e Urbanismo, poderemos observar que numericamente as mulheres (aproximadamente 80%) são em número maior que o dobro dos homens (aproximadamente 20%) formando-se como profissionais nesta área. Numa profissão que os grandes nomes são nomes masculinos. Do percentual total, constatou-se que, dentre homens e mulheres, o percentual que se identifica como negros é de 4,33%. Vejamos, de 100% dos que responderam à pesquisa, apenas 4,33% se identifica como pessoa negra, e esse é o total de homens e mulheres. Muitas questões podem ser feitas apenas a partir desse único dado. Contudo a questão do recorte permanece sem solução para mim. Quero saber onde, em específico estão as mulheres pretas, dentro do fazer da arquitetura. Na verdade, honestamente, quero saber – embora ache que a resposta é muita ampla – porque a mulher de forma geral e a preta de forma específica, são pouco ou de forma alguma ocupantes de lugares de destaque no campo efetivo do fazer projetual, do fazer final da arquitetura, que é o projetar e o ver executado o projeto desenvolvido? Nomes ‘femininos’ e nomes ‘femininos negros’ são incomuns no ‘universo’ da arquitetura. Eles precisam ser buscados ativamente. Fiz uma pesquisa em revistas especializadas que demonstram isso. Há mulheres em destaque, elas existem, algumas premiadas - nenhuma negra, mas elas ainda não refletem esses números da pesquisa. Veja bem cerca 80% dos profissionais de arquitetura e urbanismo são mulheres, mas no imaginário coletivo os arquitetos de renome são homens. E para sabermos das mulheres nós temos que, definitivamente, escavar.

Como surgiu a ideia de fazer uma escrevivência? Como foi que isso aconteceu? Pois bem, inicie as cadeiras de TCC, e para fazê-lo tiver de escolher uma orientadora. Olhando as linhas de pesquisa dos professores/as, conclui que a Profa. Dra. Jacqueline Costa seria uma boa orientadora, mandei para ela o meu pré-projeto de pesquisa e ela aceitou a demanda. Fui convidada pela mesma a participar do III Ciclo Formativos do Coletivo Lélia Gonzalez, e atualmente participo do IV Ciclo. E, estar nesse grupo, nesses estudos trouxeram profundidades, descobertas, trocas, muita fluidez nos assuntos do feminismo negro, na questão da raça, e em

³ <https://www.archdaily.com.br/br/895898/4-projetos-que-buscam-aprofundar-a-discussao-de-raca-na-arquitetura-11/01/2023> 13:36

nossa percepção do outro, no caso, das outras mulheres negras como eu, em suas áreas de atuação e em suas vidas. Reforço o impacto desses estudos sobre a minha autopercepção, uma espécie de terapia coletiva baseada no estudo de textos de mulheres negras sobre o feminismo negro. Foi e é imenso, intenso.

Nesse grupo de estudos que é dirigido pela Profa. Jacqueline, (minha orientadora) com muito zelo, lemos autoras negras como: Lélia Gonzales, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Cida Bento, Sueli Carneiro, Patrícia Hill Collins, Audre Lorde, bell hooks, Grada Kilomba e diversas outras autoras negras com seus estudos, monografias, dissertações e teses, que passam pelo ciclo formativo, a lista seria imensa.

É importante observar que para abordar o texto dessas mulheres quase sempre se faz necessário entender o contexto histórico-social dessa mulher e um pouco de sua biografia, para compreender a sua abordagem temática, lembremos que o estudo que elas propõem tem um ‘pouco’ ou um ‘muito’ de suas experiências pessoais enquanto mulheres negras.

Em paralelo participei, no segundo semestre do ano 2024, do 1º Encontro dos arquitetos negros e indígenas do Ceará, promovidos pelo CAU CE. Estava ansiosa e animada com a ideia desse encontro. Contudo não pude participar todos os dias, fui ao último dia, um domingo. Nesse dia houve uma grande partilha das pessoas presentes contado sobre suas trajetórias pessoais. Sobre como chegaram no curso de arquitetura e urbanismo. Eu tomei nota de quase todos os relatos pois era meu desejo falar disso no meu TCC, peguei contato das pessoas, observei suas origens, enfim, misto de atenção com os assuntos que poderiam ser acadêmicos no futuro e os sentimentos que afloraram a cada compartilhamento. Lembro que falei do tanto de tempo (28 anos - desde que me formei) que esperei pra estar ali, entre os meus, da minha profissão. Pessoas com origem similar, com experiências similares. Diferentes nas particularidades, mas iguais nas generalidades. Confesso que fiquei muito impactada. Conceitos como pertencimentos afloraram em mim, efetivamente. Representação, representatividade, se vê no outro, vê-se como possível, realmente importa. Conceitos como local seguro, saber estar entre os seus e poder falar de suas experiências. Nessa reunião, curiosamente, vi-me como representante mais ‘velha’ do grupo, um dado novo pra mim, mas muito revelador de não encontrar representações de figuras negras a minha época de recém-formada. Foram muitas e interessantes trocas, perceber como a minha simples existência era importante para as meninas, as jovens arquitetas negras, saber de experiências anteriores as suas, saber-se elas mesmas possíveis também. Esse encontro impactou minha experiência pessoal, e imagino que também

teve uma ressonância entre os/as jovens arquitetos(as), duas delas conselheiras do CAU-CE⁴. Posteriormente, na ocasião de uma homenagem proposta pela vereadora Adriana Gerônimo⁵ aos arquitetos e arquitetas por ocasião do dia do arquiteto, recebi com surpresa um convite para ser homenageada na câmara dos vereadores, e ser convidada ainda a fazer uma fala na tribuna (4 de dezembro de 2024). Naquele momento quis recusar a proposta da fala, mas lembrei da professora Joanice que disse que quando é dada oportunidade a uma pessoa de corpo negro falar, ela não deve declinar. E assim aceite e falei.

Tendo compartilhado parte dessas coisas nas atividades do ciclo formativo, me vi sendo orientada a falar da minha experiência pessoal, foi aí que surgiu a ideia de escrever. Ao escrever isso ainda sinto um puxão interno, dizendo: - mas porquê? Quem sou eu na fila do pão? Creio que a Prof.^a Jacqueline, uma pessoa gentil e dedicada, sabia que eu iria receber essa sugestão cheia de senões, pois mesmo dentro do grupo formativo, sempre me coloco como estudante sem grandes contribuições a dar, mesmo que efetivamente ora ou outra possa contribuir e, de fato, contribua. Vários autores e textos podem ser citados para justificar esse sentimento, que não é efetivamente somente meu. É meu, mas é também de muitas mulheres, negras e não negras, teorizados no conceito conhecido como síndrome da impostora.⁶

Com receio de tecer essa escrita, ao mesmo tempo que necessito escrever, guiada pela minha orientadora, e diante das minhas recentes experiências, convenci-me de que seria possível e cá estou na labuta de produzir este documento.

⁴ As jovens arquitetas negras aqui mencionadas são: Ma Cristiellen Rodrigues Ribeiro, que defendeu em janeiro deste ano (2025) a dissertação: **Branqueamento do território no grande Pirambu: resistência a segregação étnico-racial**, pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, UFC, e Cecilia Amorin, arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal Rural do Semiárido- RN, atuando profissionalmente em Limoeiro do Norte, coordenadora regional do coletivo Arquiteturadpreto.

⁵ Adriana Gerônimo é vereadora em Fortaleza, uma mulher negra, mãe, LGBT, criada na periferia de Fortaleza, assistente social, ecossocialista e ativista dos direitos humanos. Há 18 anos, dedica-se à luta por moradia digna e pelo direito à cidade.

⁶ Síndrome da impostora é referência a um sentimento de insuficiência, de incapacidade que as pessoas têm, mesmo quando apresentam capacidade efetiva. “O termo surgiu em 1978, após estudo das psicólogas Pauline Clance e Suzanne Imes (da Universidade Estadual da Geórgia),” Inicialmente a palavra Síndrome não era utilizada, e sim: “Impostor Phenomenon”, sendo adicionada em estudos posteriores. Fonte: <https://cfa.org.br/sindrome-do-impostor-saiba-o-que-e-e-como-se-desenvolve/>

2. FALAR DESDE O MEU CORPO-TERRITÓRIO

O corpo é nosso espaço por excelência. Nascemos em um corpo e apreendemos o mundo a partir desse corpo. Nossa sensibilidade, nossa capacidade de ser afetado pela natureza do mundo e das pessoas, são nossas primeiras portas de aprendizado. Antes da fala e muito antes da escrita, nossos corpos sensíveis nos permitem ler o mundo. Então esse corpo, que é nosso território, ocupa territórios no mundo, é nossa plataforma. E é a partir desse corpo que percebemos coisas que não são comunicadas verbalmente. A noção de corpo-território emprestada da geografia, como nos explica a Prof^a Dr^a Fernanda Cristina de Paula⁷, fala do corpo como território a ser dominado, numa perspectiva foucaultiana, e/ou território de cultura como pensa Eduardo Miranda e por fim como corpo que percebe/sente o espaço/território explicitado por Merleau-Ponty. Ela afirma que o racismo é da ordem do sentir, é uma relação entre o corpo e a mente. O racismo gera uma reação imediata no corpo. Ela exemplifica a partir do campo da geografia e da experiência pessoal, que quicá do mito da democracia racial brasileira, há espaço onde corpos negros não são 'comuns', ou nas palavras dela, causam 'susto'. Então, ainda com a Prof^a Fernanda, e Merleau-Ponty, o corpo sente o território, e os territórios tem relações étnicos raciais, relações de poder prévias.

Se o racismo gera uma reação imediata no corpo, se o racismo para o corpo é da ordem do sentir, então urge que organizemos isso em nossa mente para compreender essa emoção e aprender como lidar com ela e enfrentar o racismo. Pensando em corpo-território, vemos como importante é: dar voz ao corpo feminino negro sendo isso justificativa e objetivo da presente escrita. Grada Kilomba em seu livro *Memórias da Plantação - Episódios de Racismos Cotidianos, nos informa acerca do silenciamento das vozes negras*, no capítulo 2 “A Máscara”, onde resgata a imagem da que retrata a “escrava Anastácia” com a máscara silenciadora que foi utilizada nos escravizados (as), inicialmente para evitar que estes comessem o produto seu trabalho (reforçando o poder sobre seus corpos) e ainda impedindo-os de falar/reclamar - deixando claro o silenciamento das vozes negras. Neste capítulo Kilomba faz uma análise psicanalítica desse desejo do homem branco de se apoderar da voz do escravizado, e de projetar

⁷ Possui Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (2007), Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (2010) e Doutorado em Geografia pela mesma universidade (2017), período no qual realizou Doutorado-Sanduiche na Université de Pau et des Pays de l'Adour, França. É integrante do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural (EAU-FAU/ UFF) e realiza pesquisas na área da Geografia, com ênfase em Epistemologia da Geografia, Fenomenologia Geográfica, História do Pensamento Geográfico, assim como riscos, vulnerabilidades e resiliência de lugares e territórios. Atualmente é docente do Mestrado Interdisciplinar em "Gestão Integrada do Território", da Universidade Vale do Rio Doce (Univale):.

nesse homem/mulher escravizado, neste corpo negro suas sombras, tornando-o naquilo que nega em si mesmo, e dando a esse “outro” seus atributos ruins ora reprimidos e nestes corpos, projetados. O racismo cala o corpo, mas o corpo território segue tendo emoções e o corpo precisa liberar a sua voz.

Na introdução de seu livro, ela fala: “*Escrever esse livro foi, de fato, uma forma de transformar, pois aqui eu não sou a “Outra”, mas sim eu própria. Não sou objeto, mas o sujeito.*” (KILOMBA, 2019. p.27) Ao longo do texto perceberemos como a experiência pessoal dela não é somente dela, também é a experiência de várias mulheres intelectuais negras, algumas por ela entrevistadas.

Assim é objetivo aqui lembrar que as coisas/ideias/conceitos estão entrelaçadas, inter-relacionadas, como bem nos esclarece Lélia Gonzalez ao demonstrar como: classe, gênero e raça se movem juntos. Lélia Gonzalez na obra, *Por Um Feminismo Afro Latino Americano*, organizado por Flávia Rios e Marcia Lima, livro esse constituído por uma coleção de ensaios publicado por Lélia, encontramos no ensaio cujo título é: A mulher negra na sociedade brasileiras: Uma abordagem político-econômica, Lélia fazendo uma breve introdução histórica para situar a condição das pessoas negras, em particular das mulheres negras, na década de 1970. Então deixa caracterizado o racismo “*como uma construção ideologia cujas praticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. (p. 55)*”. E, na continuidade desse artigo podemos observar a abordagem interseccional quando ela afirma que na medida em que há “*uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho. (p. 56)*”

Ela segue afirmando que mesmo que uma mulher negra (uma minoria) atinja alto nível de escolaridade, a seleção racial de mantém. Quando pensamos no livro de Grada Kilomba, *Memórias da plantação*, observamos que mesmo nos dias atuais, nos quais muitas coisas mudaram, e muitas coisas seguem iguais e o tensionamentos continuam necessários. Lélia segue, portanto, atual: a seleção racial se mantém.

Com Patrícia Hill Collins podemos observar uma outra questão: as imagens de controle, que são o modo como mulheres negras são representadas. “*Desafiar essas imagens de controle é um dos temas principais do pensamento feminista negro.*” (COLLINS, 2019 p.135). Patrícia fala de duas imagens, a da *mammie* e a *hoochie*, que poderíamos fazer um paralelo no Brasil como: mãe Preta e a mulata, respectivamente. A primeira imagem que a *mammie*/mãe preta reforça a ideia de serviçal fiel e obediente, como um papel definido para a mulher negra dentro da sociedade. E a outra imagem seria a de *hoochie*/mulata (tipo exportação) que é objetificação

do corpo feminino negro e hiper sexualização o mesmo. Fato é que o corpo negro é considerado normal em locais onde serve, e um corpo estranho em determinados locais por exemplo: e-se servido, hoje menos do que ontem, mas ainda assim é um corpo que causa incomodo/constrangimento quando deslocado do local predeterminado pelo sistema. Ou seja, causa incomodo também na academia, como relata a própria Grada Kilomba no seu livro, onde nos conta que tinha de andar com uma carta de recomendação da orientadora para fazer livre uso da biblioteca, sem contar como foi difícil pra a mesma conseguir efetivar sua matricula, havendo uma tentativa de dissuasão da mesma para que esta não ingressasse no curso de doutorado. Para pessoas negras é difícil fugir do racismo estrutural.⁸

Collins também nos dá a noção da necessidade de espaço seguro. Espaços seguros são locais onde as mulheres negras podem falar a partir de si e de suas experiencias. Patrícia afirma que *“Embora a dominação seja inevitável como fato social, é improvável que seja hegemônica como ideologia dentro de espaços sociais nos quais as mulheres negras falam livremente.”* (COLLINS, 2019, pag.185), assim esses locais são locais de resistência à objetificação, são espaços de fortalecimento, e de incentivo para prosseguir nos estudos e na carreira, pois o progresso de uma abre portas para as que estão povir.

Para ela esses espaços serão realmente seguros se constituídos por mulheres negras, e que compartilhá-lo com pessoas que não negras e que não se identifiquem como mulheres torna-os menos seguros. Não se trata de locais para compartilhar estilo de vida e sim de locais para trabalhar o empoderamento e a capacitação. Outro aspecto importante, ao pensarmos o conceito de espaço seguro é quando ela fala da importância da autoconsciência, de ler literatura negra, para de auto definir. Para Patrícia Hill Collins a noção do ‘eu’ ocidental é distinto para as mulheres negras, pois não é auto definido na separação e independência, ao contrario é constituído no *“contexto da família e da comunidade”* pag.204 As palavras de Collins se materializaram na minha experiência dentro do Ciclo formativo, indicado pela minha orientadora. Mulheres negras, compartilhando suas vivências e nós, lendo pensadoras negras, refazendo assim nossa auto-identidade, fortalecendo nossa autodefinição, nos empoderando e nos capacitando. Um espaço como o coletivo Lélia Gonzalez é de fato um local seguro onde podemos compreender que nossa vida pessoal foi moldada por pressões de raça, gênero e classe.

⁸ Segundo Silvio Almeida “racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade”. O racismo, afirma, fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea.” Citação de Djamila Ribeiro na apresentação da coleção Feminismos Plurais, que abre o livro Racismo Estrutural cuja o autor é Silvio Almeida.

Aplicar conceitos como o de corpo-território, escrevivência (que fala de memória, da voz, autoconsciência e ação política), interseccionalidade e locais seguros visam enriquecer e fundamentar esta pesquisa, no sentido de relacioná-la com a realidade vivida de uma mulher negra na profissão de arquiteta. Tornando evidente que âmbito da Arquitetura e do Urbanismo, durante o curso(formação) e depois, no exercício da profissão, a falta de corpos negros é recorrente, logo não nos vemos representadas enquanto ‘corpos negros’. Se, no diagnóstico do CAU BR, aqui já citado diz que aproximadamente 5% daqueles que participaram da pesquisa se identificam como pretos, 17% como pardos (ou seja, cerca de 22% negros), qual seria esse percentual na década de 90? Nós testemunhamos a falta de representatividade de corpos negros, e muito particularmente de corpos negros femininos dentro da academia no curso de Arquitetura e Urbanismo.

Atualmente esse percentual, os 22% já citados, torna-se relevante, pois esses jovens negros/as trazem as questões de seus corpos-território para as discussões acadêmicas, gerando novos campos de estudos, tencionando a academia a rever a bibliografia, questionando a cerca de seus próprios corpos e de suas demandas, que nunca são individuais, mas coletivas, e reivindicando que os saberes ancestrais não colonizados possam ser configurados como saberes válidos. Reafirmando a necessidade de ver-nos representadas, a nós, mulheres negras, através de nossas histórias, que são permeadas da história daquelas que vieram antes de nós, nossas mães negras e ‘nossas’ troncos velhos.

De fato, talvez a individualidade de quem fala não seja importante, mas o falar em si o é. É importante saber o lugar de onde se fala, se do centro ou da margem. (KILOMBA, 2019) Essas pessoas negras que conseguiram avançar nos estudos na década de 70/80/90/2000, certamente não vêm do mesmo lugar social daquelas que adentraram as universidades nas décadas posteriores, que já estas alcançaram as políticas públicas das cotas - políticas afirmativas como: fies, ciências sem fronteira, que modificou o atual panorama dos acessos sociais. Grande parte desses/as jovens do passado e do presente, que confluem⁹ na atualidade tem mais proximidade com as margens que com o centro.

⁹ Nego Bispo pensa Confluência que é um conceito criado pelo poeta no processo de análise da contracolônização dos saberes: trata-se da lei que rege a relação de convivência entre elementos da natureza e que ensina que "nem tudo o que se ajunta se mistura". Contrapondo-se a essa lei, a transfluência é a lei que rege as relações de transformação dos elementos da natureza e ensina que "nem tudo o que se mistura se ajunta"

3. ESCRIVIVÊNCIA: ATO POLÍTICO, E INTERSECCIONALIDADE

Início esse trecho com as palavras de Conceição Evaristo definido *escrevivência*:

“... em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como **uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras** escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças.” EVARISTO, 2020 pag.30 ‘grifos meus’

Ao reproduzir as palavras de Conceição Evaristo enfatizo as palavras grifadas e as repito: “**uma ação**”, ou seja, deixando de ser objeto, e passando a ser o sujeito (Kilomba,2022) ao escrever, não vocalizo por mim, mas pelas mulheres que como eu, e através de mim, também podem, como nos fala Evaristo, atrás da ação da escrita: “**borrar, desfazer uma imagem do passado.**” E aqui, eu acrescentaria, que ação de escrever, a partir do vivido, é também uma forma de reescrever um futuro possível. De toda forma, pessoas negras, mas aqui de forma específica o ‘**corpo-voz**’ da mulher negra potencializa falas que foram a muito silenciadas. Evaristo prossegue em seu texto que aqui reproduzo:

“E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, **a nossa escrita não.**” EVARISTO,2020 pag.30

Num movimento de retomada, Evaristo afirma que hoje nossa escrita não cede, não se permite ser subjugada pelo desejo dos descendentes dos senhores e senhoras desse nosso passado colonial e escravocrata que persiste no presente como um ‘fantasma arrastando correntes’. Agora, nós podemos e devemos recuperar nossa voz (e a voz de nossas ancestrais), através dessa escrita do vivido, oferecendo um olhar de dentro que re-humaniza aqueles de nós - nós próprios, que fomos/somos desumanizados.

Conceição Evaristo (2020, p.30), afirma: “a nossa *escrevivência* não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”. No dia 8 de novembro deste ano, 2025, ouvi da palestra a Arquiteta Claudia Sales Alcântara¹⁰ a fala que todo evento que contém

¹⁰ Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo (2003) pela Universidade Federal do Ceará e em Pedagogia (2013) pela Universidade Metodista de São Paulo, com especialização em Educação Patrimonial pela Universidade Metropolitana de Santos (2021). É mestre (2008) e doutora (2013) em Educação Brasileira, pela Universidade Federal do Ceará, possuindo interesse em temas que abordam descolonização, políticas afirmativas, estudos culturais, história em quadrinhos e formação docente. Concluiu o Pós-Doutorado (2016) no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará, estudando a formação de professores dos cursos de Arquitetura e Urbanismo do Ceará. Atuou como arquiteta na Secretaria de Infra-Estrutura e Desenvolvimento do

a palavra ‘negro’ ou ‘indígena’ é esvaziado. E não posso deixar de ligar a fala de Evaristo e de Claudia. Enquanto Evaristo diz que não escrevemos para adormecer os da casa grande, Claudia questiona onde eles estão que não participam dos eventos que são constituídos, não somente para que aqueles que foram racializados entendam seu lugar, sua situação, seu tempo e sua luta e se confraternizem, mas também para aqueles que dormem possam despertar. Ao que parece, não querem ser acordados de “seus sonos injustos”.

Escrever, a partir do vivido “nunca foi uma mera ação contemplativa, mas um profundo incômodo com o estado das coisas.” EVARISTO, 2020 pag.34, prossegue ela em sua explanação acerca do conceito de escrever. E é um incômodo persistente que me acompanhou ao longo de muitos anos que me traz a escrita. É também um constante se questionar, como fala a autora: “Escrevivência, antes de qualquer domínio, é interrogação.” pag.35. De tal modo que para a mesma o ato de escrever não é narcísico: ela afirma “que a Escrevivência não é uma escrita narcísica, pois não é uma escrita de si” pág. 38 pois nossos corpos-voz-território escrevem de nós para nós, “E que a nossa imagem, o nosso corpo, é potência para acolhimento de nossos outros corpos.” pag. 39

Ao falar sobre o escrever, Evaristo resgata as recordações de sua mãe que ‘escrevia’ na terra um grande sol, movendo-se, mãe e as filhas, numa cerimônia/ritual de chamamento do grande astro. Sua mãe que nem escrevia e nem desenhava, construía com seus movimentos corporais com um graveto na terra um grande sol. As letras também chegaram através da ideia de utilidade, pois ao entregar as peças de roupa, lavadas por sua mãe as patroas brancas, as mesmas eram listadas, contabilizadas. E, as palavras também eram escritas pela tia, para registrar eventos significativos ou cuidar da contabilidade doméstica. Também ela a medida que cresce, em idade e conhecimento, passa a ser escritã da família. Ela realça o fato de que escrevemos a partir do acúmulo das vivências e dos conhecimentos adquiridos, seja no dia a dia ou institucionais, diz:

"creio que a gênese de minha escrita está no acúmulo de tudo que ouvi desde a infância. O acúmulo das palavras, das histórias que habitavam em nossa casa e adjacências. Dos fatos contados à meia-voz, dos relatos da noite, segredos, histórias que as crianças não podiam ouvir. Eu fechava os olhos fingindo dormir e acordava todos os meus sentidos. O meu corpo por inteiro recebia palavras, sons, murmúrios,

município de Caucaia e como docente de Projeto Arquitetônico, Técnicas Retrospectivas e TCC nos cursos de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Católica - UNICATÓLICA, em Quixadá (CE) e no Centro Universitário Estácio do Ceará, em Fortaleza. Atuou como Conselheira Federal do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/ BR - pelo estado do Ceará, de 2021 a 2023, onde exerceu as funções de coordenadora da Comissão Temporária de Raça, Equidade e Diversidade - CTRED (2021-2022), coordenadora adjunta da Comissão Temporária de Políticas Afirmativas - CTPAF (2022-2023) e da Comissão Ordinária de Ensino e Formação - CEF (2021-2023). Atualmente trabalha como professora de TCC no Centro Universitário Christus - UNICHRISTUS, em Fortaleza (CE) e coordenadora de formação da Kuya - Centro de Design do Ceará.

vozes entrecortadas de gozo ou dor, dependendo do enredo das histórias." EVARISTO, 2020 p.52

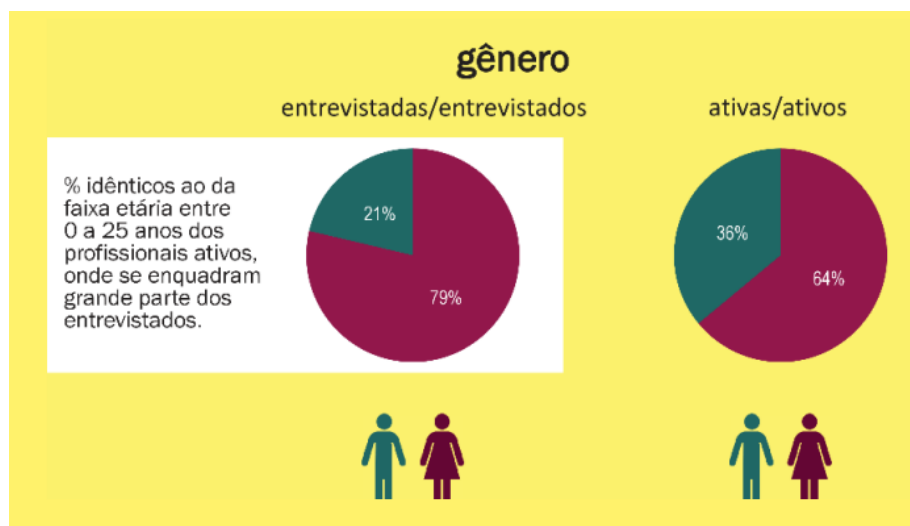
A memória é, pois, um instrumento principal no escrever de Conceição Evaristo. Ler e escrever, diz a autora, podem ter sido um modo de escapar da realidade dura da vida cotidiana, mesmo ela vindo de uma família onde as mulheres eram fortes e raramente se permitiam fragilizar, ainda que submetidas ao sistema social de classe e machista. Ao evoluir em sua escrita ela toma consciência de si, e de seu lugar, dia que a: *“Consciência que compromete a minha escrita como um lugar de autoafirmação de minhas particularidades, de minhas especificidades como sujeito-mulher-negra.”* pag.53 Podemos perceber que há uma ação consciente, portanto política no ato de escrever, sejam as memórias pessoais, ou as memórias ancestrais.

Para reforçar a ideia de escrever ser ato político cito outra autora que fala com precisão que escrever sendo sujeito e não objeto é ato político, é Grada Kilomba, ela diz: *“Eu sou quem escreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como ato político.”* (KILOMBA, 2019. p.28) Com essa fala de Grada compreendo que falar da trajetória pessoal, é uma forma de deixar de ser objeto de estudo do outro e ser sujeito da história, e que, quando meu relato encontrar eco (identificação), passará a ser representação, passará a ser representativo, e não cessará de ser ato político, também.

Assim escrever é uma ação, cuja intenção não é meramente contemplar, e ao falar do vivido não quero ser narcísica, mas quero acolher a potência das outras semelhantes que se sentem representados ao saber, ao ouvir, ao conhecer trajetórias que poderiam ser as suas próprias. A escrevivência é a base na qual repousa esse trabalho final de curso.

Dito isso, abordarei também os temas gênero e raça, a partir dos dados do diagnóstico do CAU-BR divulgado em 2020. E o tema classe, pois o mesmo era muito evidenciado na minha percepção. E é relevante nos estudos apresentados por Lélia Gonzalez, ao ressaltar nossos diversos atravessamentos, noutras palavras a interseccionalidade.

Minha escrita se move pelo desejo de entender o meu próprio lugar no exercício da profissão de arquiteta, e talvez o valor da minha experiência de 29 anos pós formatura. Sempre na tentativa de organizar as informações que venho acumulando em áreas diversas. Inicialmente a questão que me atravessou foi a de gênero. Ser uma mulher numa profissão que ainda é vista como de homens quando a maioria que se gradua são mulheres, e isso fica claro no gráfico do censo do CAU – conselho de arquitetura e urbanismo.



Fonte: 1º Diagnóstico – Gênero da arquitetura e Urbanismo do CAU BR (2020) <https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/DIAGN%C3%93STICO-%C3%ADntegra.pdf>

Assim, podemos ver que 79% dos entrevistados para esse primeiro diagnóstico é de mulheres. Mulheres que assim como eu, independentemente da cor, se viram em ‘apuros’ na hora de exercer seu ofício. Contudo quando perguntados sobre estar ativos no exercício da profissão esse percentual muda, o percentual de mulheres cai para de 79% para 64%, e o percentual de homens sobe para 36%. E a pergunta a ser feita é: porquê?

Penso que escrever sobre minha trajetória, é também compreender alguns dos dados desse diagnóstico a partir do vivido. Formei-me em 1996, já tinha uma filha de 1 ano, mãe solo. Nos primeiros projetos e mesmo dentro de casa, a minha capacidade de saber sobre obra/construção era constantemente questionada. Precisava muitas vezes ser validada pelo mestre obra, ou seja, por um homem. Ou, porque qualquer outro homem que estivesse a meu lado, ocasionalmente. Mesmo, e apesar desse mestre ou desse outro homem, saber que era eu quem sabia mais, era minha área de atuação. A questão do gênero sempre foi muito intensa. Admito que para transitar por esse território que é o canteiro de obra, fazia de conta que não era comigo, e evitava ser simpática. Educada sim, simpática jamais. Contudo, hoje penso que as mulheres em obra têm de impositivas, porque mesmo em 2025, ainda é preciso provar o nosso valor, e a nossa capacidade.

Em meados década de 90, quando conclui o curso já haviam mulheres arquitetas atuando com projeto, docência e outras áreas institucionais. Contudo observo que dentro do amplo continente do fazer arquitetônico as mulheres foi ‘meio’ que delegadas o projetar de residências, e o fazer da arquitetura de interiores/decoração. Digo ‘meio’ que foi delegado, porque os arquitetos homens preferiam, obviamente quando podiam preferir, fazer projetos que lhes dessem projeção, destaque social. De tal forma que as arquitetas caberiam projetos de ‘menor’

valor ou importância. Estou sendo diligente e cuidadosa em falar as coisas que falo. Enquanto escrevo estou com uma sequência de artigos científicos sobre mulheres na arquitetura. Penso, um pensamento instantâneo, que só estou escrevendo agora sobre esse assunto, porque esse tempo histórico permite que fale da minha trajetória. Porque os novos, os mais jovens, trouxeram esses assuntos à tona. Porque também eles se viram engolidos pelos sistemas: capitalista, patriarcal e racista. E porque encontraram uma forma de falar do sistema de dentro do sistema.

Em 4 de abril deste ano (2025) houve uma palestra intitulada: **Mulheres na arquitetura e urbanismo - conquistando espaços e transformando paisagem**, promovidas pelo CAUCE, ainda em virtude nas comemorações ao dia da mulher feita no mês anterior. Penso em reencontro comigo mesma, quando penso em todo o percurso da escrita e dos estudos que tenho feitos, falo sobre a percepção, agora construída, de ser mulher negra, e penso também em reencontro com a profissão sob outro olhar, que me levam inclusive a querer participar dos eventos promovidos pelo conselho de classe, como o citado, onde foram convidadas para compor a mesa as arquitetas: Nícia Paes Bormann¹¹, Regina Catunda¹² e Érica Martins¹³. A última publicou recentemente sua dissertação de mestrado que resgata a trajetória da primeira arquiteta atuando no Ceará, cujo fio condutor é a questão de gênero, cujo o título é: **ROMPENDO SILÊNCIOS - Visibilizando as mulheres arquitetas a partir da trajetória de Nícia Paes Bormann**. Nessa palestra vemos mulheres falando das vicissitudes do seu exercício profissional. Da questão social de ter que casar, cuidar da casa, dos filhos, e de fazer esses

¹¹ Nícia Paes Bormann (Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1940) é uma arquiteta modernista brasileira. É conhecida por ser a responsável por ter implantado a disciplina de paisagismo da Universidade Federal do Ceará, tendo um desempenho relevante como docente, arquiteta e urbanista, paisagista e, atualmente, como artista plástica.

¹² Regina Coeli Catunda Pinto de Aguiar - Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará - UFC (1975). Especialista em Filosofia da Arte (Estética) pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2002). Mestre em Tecnologia e Gestão Ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE (2011). Tem experiência na área de Tecnologia Ambiental, com ênfase em Meio Ambiente e Conforto Ambiental, projetos de Arquitetura e Urbanismo pelo Escritório de Arquitetura Regina Catunda, Avaliação de Imóveis, Perícias Técnicas, e Administração e Gerenciamento de Obras. Ex-professora da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), curso de Arquitetura e Urbanismo; professora visitante da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), curso de Pós-Graduação, disciplina de Arquitetura de Interiores. Professora da Faculdades Nordeste - FANOR/DeVry, disciplinas de Materiais de Construção, Arquitetura de Interiores, Fundamentos de Bioclimatologia e Sustentabilidade e Desenho de Arquitetura.

¹³ Erica Maria de Barros Martins - Possui formação acadêmica em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Fortaleza em 2008 e Master em Design Industrial pelo Instituto Politécnico de Milão, Itália, 2011. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo + Design - UFC, 2019, no qual desenvolve pesquisa relacionada à área de história e crítica, abordando um tema que envolve arquitetura e gênero. É sócia-fundadora da empresa Sênika, atuando nas áreas de arquitetura efêmera, cenografia, arquitetura de interiores e decoração de eventos. Participou da equipe que desenvolveu o projeto da URock Chair, mobiliário finalista do concurso Drawn up a Chair em Nova Iorque, participando de diversas palestras e exposições, entre elas a mostra internacional New Territoriuns in Latin America, no Museu de Arte e Design - MAD - NY. É professora visitante da Pós-Graduação do Curso de Arquitetura de Interiores da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), lecionando as disciplinas de Arquitetura dos Espaços Comerciais e Efêmeros e Estúdio Multidisciplinar.

projetos, mas ligados ao cuidado. Nícia trabalhava na área do paisagismo e da docência, Regina trabalha na área da arquitetura, projetando, com especialidade em clínicas e hospitais e também na docência. E Érica Martins, trabalhava como fotógrafa, arquiteta e na docência, trazendo em sua pesquisa a temática arquitetura e gênero.

Em sua dissertação, justamente sobre mulheres na arquitetura, trata da trajetória de Nícia nascida em 1940, no Ceará e tendo estudado a partir de 1960 na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil FNA UB. Formasse em 1964, começa a trabalhar na antiga Companhia Municipal de habitação – COHAB, em 1965 casa e volta para Fortaleza, devido ao crescimento da cidade e a possibilidade de trabalhar a convite do Reitor, no setor de obras da Universidade Federal do Ceará. Um ano depois ela e marido, também arquiteto, passam a fazer parte do corpo docente da UFC, na recém-formada: Escola de Arquitetura e Artes. Nícia é, portanto, parte da história da arquitetura feminina no Ceará.

Uma coisa a ser observadas na trajetória de mulheres arquitetas, são as dificuldades impostas pela questão do gênero, ou pelas questões patriarcais. O fato de ser mulher impacta fortemente no exercício pleno da profissão, seja por questões como estar em um canteiro de obra (onde todos os funcionários são homens) em posição de mando, ou seja, acima destes hierarquicamente, seja pelas imposições sociais que informam que as mulheres devem ser as ‘cuidadoras’ do lar e das pessoas dentro deste lar.

Agora, ao comparecer a esse evento que fala das mulheres arquitetas, e resgatar essas arquitetas que são precursoras em sua atuação no Ceará, o que vemos é uma mesa de mulheres brancas - guardemos esse dado. Pois quando falo isso, o que realmente quero realçar é a minha experiência de estranhamento, a qual demorei (muito) para equacionar.

Uma segunda questão que consegui elaborar no passado, quando ainda dentro do curso, foi a questão sócio econômica, ou seja, de classe social. Porque? provavelmente fosse evidente demais para ser ignorada. Vejamos: entrei na turma de 1991-2. Uma turma de 20 alunos, 16 homens, 4 mulheres (detalhe: essa foi uma turma atípica, muitos homens poucas mulheres). Nessa turma só 2 pessoas vinham das margens (KILOMBA, 2019), da periferia de Fortaleza e da zona metropolitana (cidade de Maracanaú). Eu, oriunda do bairro Prefeito Jose Walter, e meu amigo, Paulo Cesar¹⁴, que morava no Conjunto Industrial. Todos os demais moravam em bairros como: Centro, Benfica, Meireles, Joaquim Távora e Aldeota. Alguns vindos do interior

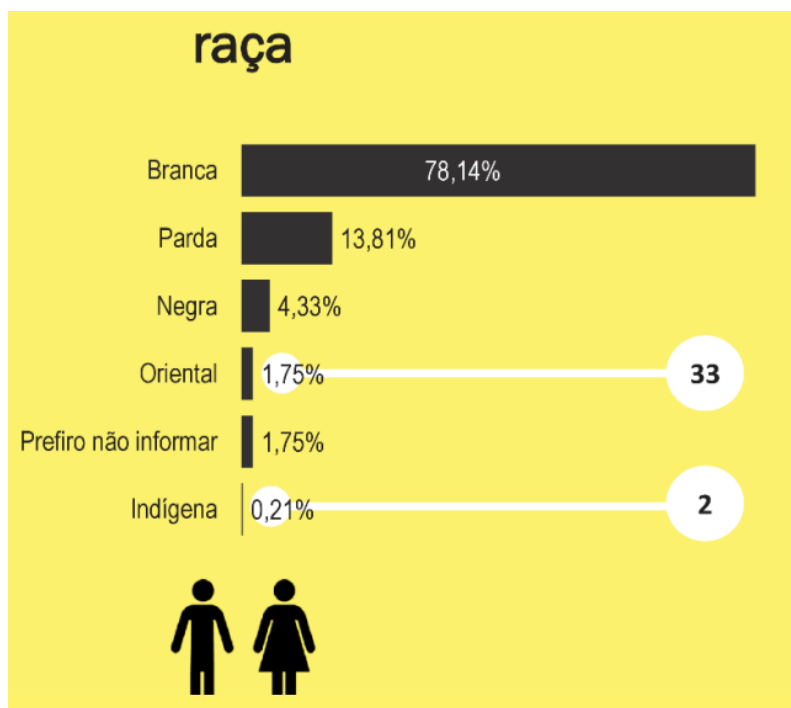
¹⁴ Paulo Cesar Cunha Lima - Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará, mestrado em Engenharia Civil (Saneamento Ambiental) pela Universidade Federal do Ceará e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP-Rio Claro. Atualmente é professor do Departamento de Construção Civil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE.

cursar o ensino superior na capital, e conheci outros que vinham de outros estados. Naquela década ainda haviam poucos cursos de arquitetura, e poucas universidades. O ingresso se dava exclusivamente por vestibular. Bom lembrar, que nos idos de 1990 bolsas e auxílios não eram comuns. Eu e meu amigo éramos egressos da antiga Escola Técnica Federal do Ceará (ETFCE), hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Ambos havíamos cursado edificações. Naquele momento era possível perceber que eu, economicamente, vinha de outra realidade. Alguns dos meus novos colegas, jamais haviam pisado no centro comercial da cidade. Embora o tratamento pessoal dentro da faculdade não tivesse - ou pelo menos eu nunca tenha notado - uma diferenciação, como uma pessoa que foi educada e na qual foi inculcida a ideia de ser pobre, eu via a diferença sim. E foi a isso que atribui meu estranhamento e não pertencimento àquela época.

Comecei o curso aos 17 anos. Eu não tinha experiência de mundo, contudo eu sabia que não era o ‘meu’ mundo, ou a ‘minha’ realidade. Sempre houve um estranhamento estético meu em relação ao local que eu frequentava na universidade. Minha colega e amiga de curso mais próxima, era de sobral e morava com a irmã em Fortaleza, logo prestou um concurso público, passou e se mudou, sem concluir o curso. Como segui o fluxo desta turma e era muito focada, confesso que não estreitei outras amizades, exceto com Paulo Cesar, como citado devido nossa dupla proximidade.

O terceiro e último ponto sobre o qual gostaria de dizer é a sobre raça. Apenas na maturidade e após o percurso em outros cursos, principalmente do encontro com o livro de Neusa Souza, *Tornar-se Negro*, e em particular a participação no Ciclo de debates sobre o pensamento negro feminista – veio a consciência da dimensão do conteúdo raça como explicação para meu sentimento de ‘ser diferente’ dentro do meu campo profissional.

Poderia me deter nesse ponto, mas gostaria de resgatar a formação da mesa de arquitetas no evento ocorrido no começo desse ano, cuja a mesa, e na verdade grande parte da plateia, era composta por mulheres (em sua maioria) e homens brancos. O que me faz perguntar onde estão minhas colegas de cor? Mesmo em 2025 preciso me perguntar onde estão as arquitetas negras?



Fonte: 1º Diagnostico – Gênero da arquitetura e Urbanismo do CAU BR (2020) <https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/DIAGN%C3%93STICO-%C3%ADntegra.pdf>

Ao retornar ao 1º Diagnostico – Gênero da arquitetura e Urbanismo do CAU BR, constatamos que cerca de 18% dos profissionais registrados que participaram da composição do diagnostico, observamos pelos dados apenas 14% aproximadamente se declara pardo, pouco mais de 4% se declara negros. Vamos pontuar que esses são dados, após 13 anos de políticas públicas afirmativas de cotas. O que me faz perguntar qual era a quantidade percentual antes de 2012? E, há outro dado não catalogado, mas citado pela Arquiteta Claudia Sales, que é o fato de que esse diagnóstico foi feito com os arquitetos que tem filiação ao conselho, muitos egressos racializados não tem como se filiar ao conselho devido ao valor da anualidade do conselho, logo esses egressos não participaram da coleta de dados.

O estranhamento ao qual tenho me referido, é sobre esse conjunto de atravessamentos, ser mulher, periférica, negra, exercendo uma profissão culturalmente masculina, da classe alta e de pessoas brancas. Penso que por mais que tivesse tentando me adequar - e não tentei, ainda teria persistido esse sentimento. Porque a adequação ou integração é a negação de si. Ora, qual percentual de mulheres negras em 1996, nos cursos de arquitetura espalhados pelo país? Creio que nem todas as universidades faziam as pesquisas sócios-econômicas, e o quesito raça não era computado. De forma que mapear, hoje, os arquitetos e arquitetas negras é quase como fazer arqueologia. Além do fato que ser negro é auto declarar-se. E para transitar nos espaços onde a profissão atua, em grande parte, isso nos levariam a uma negação imposta para melhor fruição.

4. MULHER NEGRA, MÃE, ARQUITETA E URBANISTA

“os homens brancos estão vestidos e continuam sentados na praia de areia macia, respirando constantemente o ar fresco (...) os negros estão nadando na água, o que parece refrescante e está bem desde o ponto de vista do homem branco, mas é perturbador para o homem negro que apesar de ter o privilégio de respirar ar fresco, seus pés permanecem sempre encharcados no mar (...) temos as mulheres brancas também nadando na água, cansadamente, sem pausa na praia, tendo que fazer um esforço para chegar até a areia, com apenas algumas, de fato, chegando à costa. (...) Finalmente, temos mulheres negras (ah, o estado familiar que conheço tão bem). Nós nos afogamos nas profundezas do oceano, olhando para os reflexos de luz e constantemente exercendo nossos esforços para nadar através da água sem ar. (...)”

Às vezes, em uma ocasião rara, uma mulher negra chega à praia e, quando chega lá, é chocante para todos, inclusive para ela.”

arquiteta sul-africana Khensani de Klerk

Há um dito popular que afirma: ‘que nascemos só e só morremos’. Porém isso não me parece que seja verdadeiro. Nascemos coletivamente e quando morrermos, não morremos, porque nossas ideias e ensinamentos seguiram coletivamente. Quero dizer da experiência de participar do **IV Ciclo formativo do Pensamento Feminista Negro, Lélia Gonzalez** e de me perceber nas falas e relatos das participantes, não exatamente, mas similarmente. Muitas semelhanças nas experiências cotidianas. Então falar: nasci em 1974, é falar de tantas outras mulheres que como eu nasceram nesse ano (e em outros anos), e viveram experiências similares as que vivi, que relatarei aqui, sempre embasadas pelas teorias que venho conhecendo e vivenciando, e que foram aqui mencionadas.

E foi esse o jeito que achei para recomeçar, recomeçar a escrever uma nova história a partir, e desde uma velha história. As histórias pessoais são na verdade singularidades produzidas pelas histórias coletivas. Houve um antes que preparou um espaço, para um agora, que prepara o espaço para um amanhã. E nesse interim, há os atravessamentos.

Importante: enquanto escrevo leio e releio o texto, sinto necessidade de deixar registrado que o que está escrito não visa julgar a ação de ninguém ou insultar nenhuma memória, são ‘minha’ memórias, minhas lembranças das coisas que ouvi, são uma reconstrução de memórias tornadas presentes, enquanto me debruço sobre elas, então se alguém que faz parte da minha história me ler, antecipadamente eu gostaria de deixar explicitado que essa perspectiva é a partir do meu lugar de memória.

Minha história começa na história de outras mulheres antes de mim.

Imagem 1 - As cinco gerações: Da esquerda para direita Izabel, Aldenora, Marlene, Eu e a pequena Bianca.



Em maio de 1909, na cidade de Santana do Acaraú, uma mulher de origem indígena, não separada de seu povo, deu a luz uma menina (talvez segunda filha) Maria Izabel, menina cabocla que se uniu a um homem branco, e em 1928 dá à luz a uma segunda filha, a menina Maria Aldenora, e esta uniu-se por sua vez a um homem negro mestiço (vô Eduardo). No ano de 1948, Aldenora dá à luz a uma segunda filha, a menina Ana Marlene, que vem a Fortaleza e conhece um homem mestiço - Assis (filho de um homem branco e uma mulher negra de ascendência indígena), e então, Marlene (minha mãe) em fevereiro 1974 dá à luz a uma também segunda filha, eu.

O gênero me marca desde como percebo as mulheres das quais herdei as histórias, para transformá-las e reescrevê-las. Tive a sorte de conviver com minha bisavó Izabel (vó ia) e com minha avó Aldenora (vó Alda) por um longo tempo, ambas da minha linhagem materna. Ainda conheci a segunda avó de minha mãe, minha também bisavó, Maria Moreno, para mim uma senhora negra, magra e alta que detestava portas fechadas de dia, e portas abertas a noite. Já minha dá avó paterna, não guardo lembranças.

Faço propositadamente uma marcação da minha genealogia feminina, pois é dessa genealogia que herdei a tenacidade, a resistência, uma certa teimosia, e uma capacidade de ir avançando em silêncio. Silêncio esse que agora desejo quebrar. Silêncio apontado no segundo capítulo do livro de Grada Kilomba aqui já citado, sobre mascaras e silenciamentos.

Também quis marcar a mestiçagem tão característica do ser brasileiro. Eu e meus irmão sempre ouvíamos as histórias contadas por minha bisavó, falando da família e de seus laços. Em minha casa ser negro não era uma possibilidade. Apesar do lamento de minha mãe acerca dos meus cabelos, nunca se foi dito abertamente que eu fosse uma criança negra. Meu irmão não teve tanta sorte pois tinha a pele mais escura.

As tonalidades da pele, e os traços fisionômicos diziam quem era mais ou menos ‘moreno’, mas negro, negro mesmo, só os retintos. Embora os apelidos como: meu ‘neguinho’ fosse permitido. Então todos nós éramos pardos.¹⁵

Um das minhas bisavós era admitida na história familiar como mulher negra, talvez pela evidencia do fato e de sua história, nascida no final do sec. XIX em meio a febre do movimento abolicionista, após a lei do ventre livre, assistiu ela própria o processo de abolição no Brasil. Mas o que significou isso na vida dela? Uma mulher negra e pobre, tinha de ter um marido e trabalhar para ajudá-lo numa terra onde as secas castigavam todos os habitantes. Teve vários filhos, mais apenas dois sobreviveram. Um deles meu avô, Jose Eduardo Moreno. Curioso que até sobre a origem desse sobrenome muito se discutia em família. Certamente havia quem quisesse que fosse herdado de algum Moreno famoso como o da história do Ceará, particularmente sempre acreditei que como os negros não tinha sobrenome, adotavam o do dono das fazendas aos quais eram afiliados, gostava da história que era o tom da pele de minha bisavó que nos dava sobrenome tão diferente.

Minha trisavó era mulher indígena, provavelmente retirada de seu povo, sua filha – minha bisavó, era tida como cabocla, chamava-se: Izabel. É-nos contado que ela foi molestada pelo padrasto aos 14 anos, e foi expulsa de casa pela mãe. Sempre tive um certo horror a essa história. Hoje, reflexivamente imagino que aquela mãe não poderia ficar sem o marido nos idos de 1900 e a melhor forma de proteger a filha daquele homem era expulsá-la. Minha bisavó Izabel, não sendo mais mulher ‘pura’, passa a ter um relacionamento com um rapaz de nome da cidade (classe social diferente), engravida e tem um primeiro filho que nasce morto. Depois ainda dentro desse relacionamento, tem um segundo filho, no caso filha: minha avó Maria Aldenora. A menina ainda não havia completado um mês, quando minha bisavó é informada

¹⁵ A partir do artigo No Ceará não tem disso não? Negacionismos e povos indígenas e negros na formação social do Ceará de Edson Holanda Lima Barboza e Silviana Fernandes Mariz podemos depreender que o apagamento histórico de negros e indígenas, seja com a abolição antecipada dos negros, ou com a extinção via decreto do indígenas, teve sua negação reeditada com a publicação de livro: “a verdade revelada” que afirma que os cearenses não são geneticamente oriundos de negros ou indígenas, mas herdeiros nórdico. O artigo se debruça sobre a persistência desse negacionismo. Corroborando com fatos de muitos cearenses ainda não se identificarem como pessoas negras, ou de descendência indígena.

do casamento do companheiro com uma mulher da sociedade (ou seja, da classe social a qual ele pertencia).

Durante muitos anos reneguei essa ascendência branca, até porque essa ascendência nos renegou legalmente, não obstante esse homem branco, inscrito no seu tempo, tentou dar a minha avó, sua primeira filha, proporcionando-lhe uma vida digna (dentro da percepção de dignidade da época), sem jamais assumi-la legalmente. Ela foi madrinha das irmãs e dos irmãos, filhos do primeiro e do segundo casamento deste pai, por mim aqui tornado anônimo.

Minha bisavó encerrou o relacionamento com este homem após o nascimento de minha avó e posteriormente teve mais duas filhas de relacionamentos distintos, tendo deixado a vida “sexual” aos 38 anos, para que as filhas permitissem que ela usufruísse da presença dos netos. Ainda não era a metade do séc. XX, no interior do Ceará.

Cresci ouvindo os murmúrios que minha bisavó havia sido mulher da vida, ou nos dizeres da época: mulher de vida fácil. Fico pensando que tipo de vida fácil seria essa. Quando analiso as histórias que hoje sei, percebo que ela só estava à frente do tempo dela, desafiando de forma resiliente uma sociedade que a condenava de forma tácita. Minha bisavó sempre trabalhou, e cuidou de suas filhas da melhor forma possível tendo-as casado e ajudando-as a cuidar dos netos e dos bisnetos.

Minha avó, Aldenora, viveu entre a casa dos pais, e veio para Fortaleza para ‘ajudar’ na casa das pessoas da família paterna, creio que ajudar era ser babá ou empregada doméstica não remunerada. Não pode estudar formalmente, porém aprendeu a ler e escrever, talvez enquanto os irmãos aprendiam e também para ajudá-los no processo. Aos 16 anos, instou o pai, via carta, a levá-la de volta ao interior, pois não suportava os maus tratos na casa onde residia e a qual servia, e se isso não acontecesse ameaçou fugir. O pai, preocupado, trouxe a filha de volta ao interior fazendo-a noiva de um homem que morava na cidade de Sobral. Talvez, uma forma de garantir a filha uma vida melhor ou alguma ascensão social.

Alda, como era chamada minha avó, conhece meu avô (Eduardo) e foge com ele para casar, declinando o noivo dado pela família do pai. Passado o período de desgosto do pai, ela é aceita novamente para ajudar na casa do mesmo, e posteriormente na casa das irmãs e irmãos. Uma das lembranças que tenho de minha avó Alda, é que ela era uma mulher itinerante, entre Santana do Acaraú, Fortaleza e Recife, sempre viajando. Meu avô Eduardo ficava com as crianças e com a mãe dele (Maria Moreno) em Santana do Acaraú. Juntos eles tiveram 16 filhos, 6 não sobreviveram a primeira infância e os demais estão todos vivos.

Minha mãe é a segunda filha desse casal, comum e incomum, dado que meu avô sempre teve adoração pela minha avó e seguia sempre todas as suas instruções sem jamais a questionar.

Se minha bisavó era tenaz, minha avó intensa, minha mãe não podia desfazer esse laço, e também ela era tenaz e intensa, determinada a traçar seu próprio destino. Minha avó trabalhou para educar os filhos formalmente, inclusive, suponho com a ajuda dos familiares paternos. Como era o Brasil e a vida numa cidade do interior esquecida? Trabalhos e privações, principalmente quando havia seca, e assim, minha avó se mudou com o marido e os filhos para Recife, onde o seu pai (meu bisavô anônimo) fora residir com a família. Por um ano eles moraram lá. Meu tio mais velho ficou, penso. Os demais retornaram para Santana com os pais.

Observamos o fenômeno diaspórico que envolve as famílias sertanejas nas épocas das secas. E também o desejo intrínseco de retornar ao seu local de pertencimento, muito cantado no cancioneiro popular.

Minha mãe e meu pai são adolescentes em plena a época do golpe militar. Enquanto pessoas de origem humilde não tinham envolvimento político, suponho eu, minha mãe talvez fosse mais conectada, dado que o avô, era do campo político. Contudo, quando se tem origem humilde, e não se sabe exatamente o que, ou quando se vai comer, o que mais importa é como ganhar a subsistência, o que importa é sobreviver. Conheceram-se no carnaval, numa visita de minha mãe a Fortaleza. Ela não retorna a sua cidade e um ano após casam-se em dezembro de 1970.

Quero desses parágrafos anteriores enfatizar a tenacidade dessas mulheres que me antecederam e que me formaram com suas existências, me impregnando do seu modo de ser, suas resiliências, suas bravuras, seus silêncios e seus avanços constantes. A seu modo avançaram dentro de sociedade que naturalmente as invisibilizava.

Imagem 2 – Da esquerda pra direita: meu tio João, um primo ou prima que não identifico, minha avó Alda, meu avô Eduardo, minha bisavó Moreno, minha tia Marly, as crianças: eu (de calção vermelho), meu irmão Eduardo, minha prima Sheila e meu primo Charles. (Ano aproximadamente 1980).



4.1 Sobre mim

Meus pais tem o primeiro filho, meu irmão Eduardo nasce em 1972, eu nasço em 1974, dez anos após o golpe militar. Logo nasci no período militar pleno e operante. Quando eu nasci, eles não tinham casa própria, e apenas meu pai trabalhava, morávamos nunca casa alugada que ouvi dizer era de taipa, no bairro Itaperi. Depois do meu nascimento minha mãe passou a trabalhar também, ela era costureira. Quando foi possível adquiriram uma casa no Conjunto Habitacional Prefeito Jose Walter, que fazia parte de uma política pública habitacional, no sistema COHAB.¹⁶ Onde moram até os dias de hoje.

Imagem 3 - Da esquerda pra direita de cima pra baixo: minha mãe Marlene, meu pai Assis, meu irmão Eduardo, eu (Rita). No jardim da casa no José Walter.



Minha bisavó Izabel (vó Ia) veio passar férias conosco e nunca mais retornou para morar no interior. Enquanto meus pais trabalhavam, e eles trabalhavam bastante, ela olhava as crianças e o que acontecia na casa. Ainda na minha primeira infância minha mãe conseguiu montar uma pequena confecção e meu pai conseguiu abrir um bar, na casa onde morávamos. Minha mãe viajava para vender a produção em Juazeiro do Norte, o bar porém gerava desentendimento

¹⁶ As Companhias de Habitação (COHABs), empresas estaduais e municipais, foram criadas a partir das décadas de 1960 e 1970 para atuar como agentes promotores e financeiros do Sistema Financeiro da Habitação Popular (SIFHAP), instituído por duas resoluções da Diretoria do BNH: **RD 1/73** e **RD 46/73**. Todos os estados brasileiros contam com COHABs. Diferentemente do que ocorre hoje, o custo das habitações produzidas era muito inferior ao preço de mercado, visto que o terreno era adquirido antes da valorização. A infraestrutura e os equipamentos comunitários eram assumidos pelo poder público municipal e pelas concessionárias de serviço público, o que reduzia a necessidade de grandes montantes de subsídio. O BNH foi extinto em 1986. Fonte: <https://abc.habitacao.org.br/artigos/as-cohabs-e-o-plano-nacional-de-habitacao-popular-planhap/> 23-10-2025 18:59

entre meus pais. Após os nascimentos de meus irmãos mais novos (Junior-1979 e Luciano-1981), meu pai fechou o bar e passou a ser “representante” de vendas de minha mãe, escoando a produção para cidade de Belém, no Pará.

Assim dá-se uma mudança econômica na vida da família com a confecção de minha mãe e o processo de ter meu pai como vendedor. Minha mãe era a provedora principal da casa, assim como eu era capaz de perceber. Os filhos todos estudavam em colégio particular, do bairro. Meu pai comprou um carro, tínhamos telefone fixo em casa, e, entre outras coisas, lembro de ter crescido num canteiro de obras, pois minha mãe aproveitava as viagens de meu pai para ampliar a casa. Ora por causa da confecção, ora por causa de ter 4 filhos. Fato é, que a casa foi crescendo junto com a condição econômica. Não nos mudamos, permanecemos no mesmo bairro, sempre ouvindo de meus pais que éramos pobres.

Meu pai é natural de Fortaleza, nascido e crescido na Messejana. Meu avô tinha um sítio próximo de onde hoje é a SEDUC (secretária de educação do Ceará). Lembro-me das mangueiras e dos pés de romã que floriam da cerca do sítio, e do ciúme que meu avô nutria por essas plantas. Meu avô Luciano tinha por apelido “Chãni”, como se fora um gato. Por conta dos olhos claros cinza azulados. Certamente a mãe de meu pai era mulher negra, morreu pouco depois do meu nascimento com pouco mais de sessenta anos.

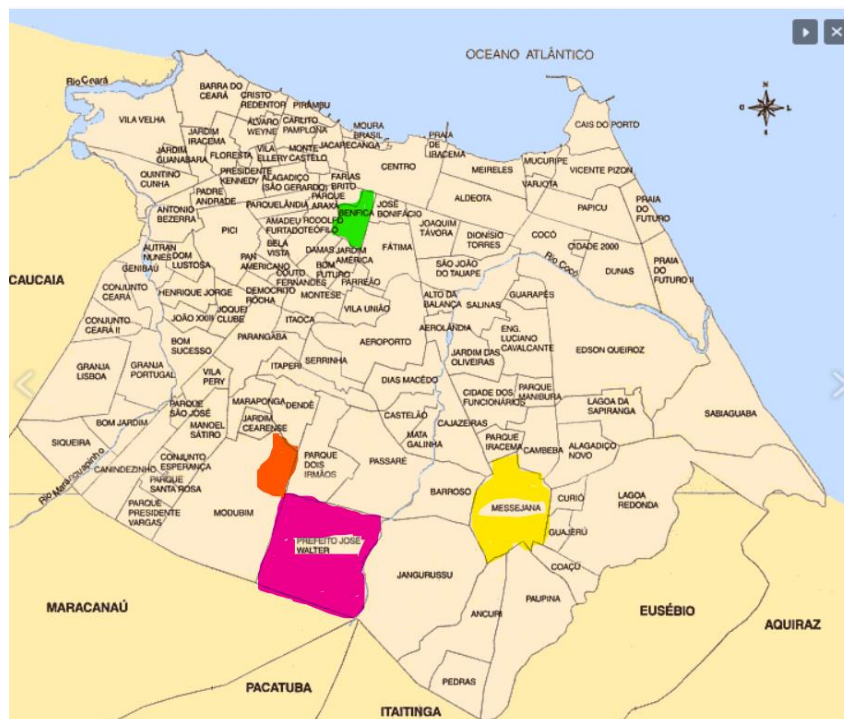
Creio que nunca perdemos de vista as origens, súbito lembro de Jessé Souza no seu livro sobre O pobre de direita – a vingança dos bastardos, nos dizendo pobres remediados. “*pobre remediado, são as pessoas que ganham entre dois e cinco salários mínimos e possuem acesso a algum capital cultural técnico.*”(SOUZA,2024 pag. 176) Muito embora esse conceito de Jessé esteja fora de tempo, ou seja, descontextualizado, faz-me pensar o quanto meus pais tinham consciência de sua condição econômica e se recusavam deslumbramentos. O maior investimento deles certamente era na educação dos filhos, visando que nós tivéssemos melhores oportunidades, noutras palavras a posse do tal capital cultural e alguma ascensão social.

4.1.1 Minha relação com o conhecimento.

Nasci no Bairro do Itaperi, e cresci no bairro do José Walter, bairros vizinhos, onde estudei todo o ensino fundamental como dito atualmente. Nos anos iniciais tínhamos uma professora particular, que era uma vizinha de minha mãe, e íamos a casa dela ter aula das primeiras letras. Depois fomos para um pequeno colégio como nome de Instituto Educacional, lembremos que ainda era regime militar, embora já fosse a década de 80. Ainda estudei as disciplinas de Moral e Cívica, Organização Social Política Brasileira (OSPB) e Técnicas

Comercias, cantávamos o hino com direito a hasteamento da bandeira, e participávamos dos desfiles cívicos no 7 de setembro.

Mapa de Fortaleza: rosa-Jose Walter; laranja- Itaperi; verde-Benfica e amarelo-Messejana



Fonte: <https://www.mapade.org/fortaleza.html>

Ao chegar o ensino médio, vi-me numa pequena diáspora, dado que no bairro os colégios não seriam indicados para garantir aprovação no vestibular. De tal forma que eu e meu irmão mais velho fomos estudar no então Colégio Farias Brito, situado na rua Senador Pompeu, pois se imaginava que o ensino médio deveria ser feito em colégios maiores, no centro.

Contudo no ano em que fazia a 8ª seria, hoje 9º ano, fiz uma viagem com minha avó Alda para cidade de Recife. Lá, minha avó gostava de falar sobre minhas habilidades, dentre as quais estava desenhar. Sua afilhada (e meia irmã) ouvindo as falas de minha avó sobre minhas várias habilidades e inteligência, começou a falar que eu deveria fazer um curso numa Escola técnica. Eu era uma criança de 12 para 13 anos, mas registrei essa informação Escola Técnica.

Imagem 4 - Viagem ao Recife com minha vó Alda, em 1986.



Na volta, junto com as colegas de colégio fui pesquisar onde era e como seria o ingresso nessa tal Escola Técnica. O ingresso era mediante prova de seleção. Prova essa que eu fiz e não passei. Algo me diz que esse foi um momento que me senti verdadeiramente impostora, e me senti também enganada. Pois eu sempre fui muito elogiada e bem quista pela minha inteligência, e adorava exibir minha coleção de 10, no boletim. Senti-me uma fraude, e senti-me também totalmente desafiada.

As seleções eram semestrais, então fiquei estudando no Colégio Farias Brito e simultaneamente fazendo um cursinho preparatório no próprio ETFCE (Escola Técnica Federal do Ceará). Na segunda tentativa passei, deixando o Farias Brito e ficando somente na ETFCE, no curso de Edificações. Era a primeira vez que estudava numa escola pública, identifiquei-me com os colegas que como eu, também eram de bairros periféricos. Parte dos colegas que saía do ETFCE após conclusão de curso, iam direto para o mundo do trabalho ou para fazer concursos públicos, e os outros tentavam prosseguir com os estudos, ou seja, ensino superior, como eu fiz. No Colégio Farias Brito não havia identificação comum, mas convivi pouco tempo lá, apenas 1 semestre.

Essas memórias são reconstruídas e elaboradas a partir do meu saber atual. Abro um parêntese para pontuar duas coisas, como criança seria impossível para mim perceber que minha avó gostaria que eu fosse mais subserviente na casa de sua meia irmã (quando estivemos em Recife), ao me pedir para ajudar nas tarefas da casa, ou sugerir que eu acordasse mais cedo. Coisa que a Rita de 12 anos não faria, porque em minha própria casa eu tinha liberdade de acordar mais tarde quando não tinha colégio para ir, e minha mãe pagava uma pessoa para

cuidar da casa, e outra das crianças e uma somente para lavar roupa. Eu não minha via como servidora, embora seja receptiva e colaborativa, e me ofereça para ajudar. Porque dizer isso, porque buscar essa memória? E porque entender agora qual a mensagem estava sendo passada ao sendo sugerido ao me encaminhar a uma escola técnica. Ao invés de seguir um curso normal e prestar vestibular? Muito embora tenha sido extremamente positivo estudar numa instituição pública, percebo agora que a intenção – que vou dizer aqui inconsciente – era manter todos nas mesmas camadas sociais. A boa intenção e foi boa, escondia em si a manutenção de uma situação de gradação social.

Quando entrei na ETFCE, em 1988, era o ano da constituinte. Como disse antes, minha família estava mais focada em manutenção de qualidade de vida do que em política, sem contar que o fim do período da ditadura, a eleição e morte de Tancredo Neves, o governo de José Sarney, seu vice, era ainda tudo muito novo e efervescentes. E havíamos herdado, enquanto nação, uma inflação que tornava a vida das pessoas bem difícil. Os anos 80 foram anos de muita liberdade, e de acontecimentos de impacto como o surgimento da doença AIDS. Passamos pela primeira eleição direta para presidente. E em 1989, foi eleito Fernando Collor de Melo, o caçado de marajás. Ele mesmo um, que para não sofrer impeachment, renunciou a seu mandato.

Em 1991, três anos depois, prestei vestibular para o curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Ceará, e passei, para minha própria surpresa. Meu irmão já fazia o curso de economia da mesma universidade. Os estudos numa universidade, mesmo pública na década de 90, exigiam que nossa família pudesse nos custear dentro da instituição, pelos próximos 5 anos. No caso do curso de Arquitetura e Urbanismo as aulas eram em período integral (manhã e tarde) e o material de desenho caro, naqueles dias e ainda hoje. Impossibilitando que o estudante trabalhasse para ajudar na manutenção e permanecia no curso.

Olhando para trás compreendo que mesmo vindo de um bairro periférico, e de uma escola pública, eu estava em um situação de privilégio, pois eu não precisava conciliar trabalho e faculdade e, como já tinha feito o curso de Edificações, ainda com meus privilégios pessoais, tinha todo o material de desenho, inclusive um quarto só meu, e outro só para estudar. Ainda não era o tempo digital.

Imagem 5 - Curso de fotografia na UFC-CE, na faculdade de arquitetura, 1993. Estou na ponta a esquerda



Ao contextualizar minha chegada a universidade quero sinalizar que o curso de Arquitetura e Urbanismo tem uma questão hoje reconhecida pelos arquitetos de forma geral que é: o elitismo. A maioria dos alunos de curso como direito, medicina, engenharia, arquitetura, entre outros, àquela época, sem cotas e sem bons colégios públicos, não eram oriundos de classes baixas e/ou de bairros periféricos, porque como referi antes, os alunos precisam se dedicar exclusivamente aos estudos, logo precisavam ser custeados pela família por 5 anos, pelo menos. Caso contrário, se não houvesse família para ajudar financeiramente, procuravam cursos noturnos ou pleitear bolsas, ou ainda levavam mais tempo para concluir o curso na tentativa de manter algum trabalho paralelo. Logo esses cursos, que digo elitizados, eram cursos com maioria de pessoas ‘brancas’. Ainda hoje o curso de arquitetura e urbanismo é um dos cursos mais ‘brancos’ dentre os cursos universitários.

Sempre tive um sentimento/sensação de estranhamento que justificava de duas perspectivas: a de gênero e a de classe. Foi assim que expliquei para mim mesma, a minha dificuldade em avançar dentro dessa área de trabalho. Outra coisa, quando iniciei o curso eu sonhava em poder ajudar as pessoas do bairro, ou as pessoas em habitações insalubres. A medida que fui avançando dentro do curso comecei a perceber como esse não seria um caminho natural. De fato, tive uma crise ‘existencial’ a meio do curso, talvez porque tenha começado a me dar conta que não conseguiria me exercer como arquiteta fazendo o que gostaria.

Do ano de 1994, posso citar alguns acontecimentos: morre Ayrton Sena (ídolo da Formula 1), o Brasil ganha o tetracampeonato de futebol na copa do mundo. Fernando Henrique Cardoso é eleito sob o auspício da nova moeda, o Real. No final desse ano engravidei. Minha

primeira filha nasceu em 1995 quando faltava um ano para eu terminar o curso, o que me fez superar a crise existencial, refazer meu foco e deu-me fôlego na reta final. Reforço que isso só foi possível porque minha família me deu apoio integral, e pude assim concluir o curso. Agora eu era mãe e precisava ser um farol para minha filha recém-chegada no mundo. Meu projeto de graduação em 1996 teve como tema: Creche, assim pude trabalhar/estudar numa área de meu interesse e pesquisar sobre métodos educacionais para escolher a melhor distribuição espacial, pensando também em como me orientar em relação a educação da minha filha. Quando concluí o curso minha filha Giulia tinha 1 ano, era 1996.

Imagem 6 e 7 – Grávida e Giulia recém-nascida



Minha vida estudantil-acadêmica, a maternidade, entrelaça-se a um período histórico de mudança e de efervescência, quando começavam a discutir as ‘cotas’, se era justo e necessários, se iria atrapalhar os rendimentos dos cursos. As questões de mérito, as questões de desigualdade. Certo é, me formei e precisava trabalhar, pois tinha uma filha. A minha relação com o estar dentro de uma instituição estudando era forte, pois era a única coisa que tinha feito desde sempre. Sair e me inserir num mercado de trabalho onde eu não tinha contatos, no meio onde eu não tinha construídos laços, foi desafiador.

4.1.2 Minha relação com a profissão x vida familiar

Ter um escritório era sempre algo distante. Trabalhava para a arquiteta com a qual estagiara antes, mesmo assim eu e meu amigo tentamos abrir um escritório, que de certa forma serviu para que nós nos preparássemos para fazer um mestrado. Como não havia mestrado na área de arquitetura, seria na área de saneamento ambiental, na engenharia civil. Passamos e iniciamos o curso. Ele terminou e eu não, escolhi ter uma segunda filha, Bianca (2001) e decidi casar, nessa ordem.

Imagem 8 - Eu e Bianca.



Casar e constituir familiar é se colocar no local de cuidadora, relatado pelas arquitetas anteriores a mim. Enquanto mulher há um acúmulo de funções. Tive muitas dificuldades para me estabelecer financeiramente após o nascimento de minha segunda filha o que só aconteceu em 2003, quando consegui uma colocação no escritório em Fortaleza e nesse escritório permaneci por 9 anos (2003- 2012). Como conseguir esse trabalho? Fiz um curriculum vitae, imprimi, coloquei em envelopes amarelos, abri o agora antiquíssimo catálogo telefônico, páginas amarelas, arquitetos, e fui endereçando meu curriculum a esses escritórios. Lembremos que eu não possuía amigos ou conhecidos influentes que fizessem uma ‘ponte’. Deu certo! Graças a estabilidade política, e neste período, aos governos do PT, estive nesse trabalho com carteira assinada, portanto com direito: a férias, 13º salário e FGTS, e até: participação nos lucros.

Neste intervalo parei de estudar para ser mãe, esposa e funcionária, e ainda pegar pequenos projetos por fora, pois tinha muito receio de sair do trabalho e ficar sem nenhuma fonte de renda. Também havia um segundo motivo para continuar pegando projetos extras. No escritório eu desenvolvia projetos, era desenhista (de luxo – segundo o chefe), e depois acumulei a função de coordenadora, o que quer dizer que não participava da criação conceitual dos projetos. Então meus projetos pessoais, embora me sobrecarregassem eram para mim um respiro.

Tive problemas no casamento que quando foram resolvidos me levaram a olhar a vida de forma diferente, voltei a ler e a sair com amigos. Devido a esses problemas do casamento, a falta de tempo, e a um estresse acumulado, dado a sobrecarga de trabalho entrei numa nova crise, agora um pouco mais complexa pois eu tinha marido e duas filhas. Eu ganhava um bom salário, sendo a provedora principal da minha família, mas também tinha de cuidar de todo o

resto e dar conta dos meus projetos pessoais, feito nos horários de almoços, madrugadas e finais de semana. Meus projetos tinham como clientes uma ‘certa’ classe média. Foi um período bem intenso, e tenso também.

No meu bairro cheguei a fazer alguns projetos antes de me formar, depois não consegui. Tinha sempre que explicar o que era o projeto, qual o valor do projeto, qual a parte que o arquiteto desenvolvia, a importância do olhar do arquiteto. Contudo as pessoas que só enxergam os desenhos que receberiam e o fato de que isso (o valor do projeto) diminuiria o valor que haviam juntado, que já não era muito, para construir aquilo que desejavam.

Apesar das dificuldades eu fazia um trabalho que eu gostava, desenhar e estar no meio de projetos. O estresse era grande. No escritório os trabalhos na sua grande maioria eram para clientes de classe econômica diferente da minha. Os projetos eram em grande parte loja de shopping, arquitetura¹⁷ de casas e de comércios eram raramente arquitetura de interiores¹⁸. Os

dois primeiros governos do PT geraram um grande ‘boom’ imobiliário, então o escritório começou a pegar projetos de condomínios de alto padrão.

Neste escritório, o proprietário e arquiteto chefe era homem (cis branco), bem correto, contudo ainda antiquado quanto a forma de chefiar. A sala técnica era composta na sua integralidade por mulheres, sendo que eu era uma mulher negra (sem muita ciência) numa sala com outras mulheres arquitetas que não vinham, em sua maioria, de bairros periféricos. Uma delas que poderia hoje se declarar negra, morava em bairro periférico, esta ainda não era formada a época. Quando saíamos no horário de almoço, juntas, no carro de uma delas, haviam um certo constrangimento entre mim, e para a moça da periferia, com as demais que compravam roupas na M. Office ou na Colcci¹⁹, principalmente nas promoções! Eu e Maria (nome fictício) ficávamos horrorizadas com o preço das promoções. E nos questionávamos sobre quais seriam os preços normais. A verdade é que a questão de classe existia, mesmo que fizemos de conta que não.

Na época dos condomínios aconteceu um fato que mexeu muitos com as minhas questões pessoais e sociais que estavam adormecidas. Qual foi o fato? Nós havíamos feitos a área de lazer uma casa, que à época (2008 talvez), estava avaliada em 2 milhões de reais. Poucos meses depois da conclusão da execução do projeto, ou seja, foi construído, o cliente retornou

¹⁷ O projeto de arquitetura é aqui referido com o projeto da edificação, seja ela casa, prédio comercial, prédio institucional. O conjunto de desenhos que proporciona a execução do mesmo, ou o desdobramento em projetos complementares como: projeto de estrutura, instalações elétricas, hidros sanitárias, ar condicionado e rede/lógica/automação

¹⁸ Referência a projetos de ambientes como: sala, cozinha, banheiros e quartos. Geralmente envolve detalhamento de moveis, decoração, design de interior.

¹⁹ Lojas de grife.

ao escritório para informar que ele não havia gostado e iria demolir tudo, queria refazer o projeto. Aquela situação fez soar tantos sinos na minha mente, que chegava a doer pensar nas pessoas que moravam em barracos nas favelas, sem nadinha de salubridade, e aquela pessoa, iria simplesmente demolir o projeto executado, jogar fora todo o dinheiro que havia investido ali, e reinvestir outro tanto de dinheiro no mesmo local. Aquilo realmente foi demais pra mim. Então eu comecei a traçar uma rota de fuga.

Contada essa história posso pontuar o esforço de estar sempre tentando ser melhor e corresponder as exigências do trabalho. De fato, passei a ser supervisora, porém sempre acumulando funções, embora não queira avaliar negativamente as pessoas/empresa, com justeza era um ambiente opressivo, onde a forma como nós éramos tratadas deixava sempre no ar a nossa incapacidade e incompetência. Poderia me esforçar o quanto fosse nunca conseguia alcançar o ideal estabelecido. E por mais que me soubesse elogiada, esses elogios eram feitos na minha ausência, na minha presença sempre foi tudo muito duro. O que tornava o ambiente adoecedor.

Havia pressões sociais diversas, tinha um casamento difícil - que procurava manter, 2 filhas, e tinha de ser meio malabarista pra dar conta disso e de um trabalho que me consumia. Era julgada sobre continuar morando num bairro periférico, sobre minhas filhas estudarem nesse bairro. Também havia outra pressão como a estética, sobre a forma como me vestia ou arrumava o meu cabelo, ou não arrumava, sobre o dever de alisar meus cabelos, ou de pintar, pressões essas as quais me negava, porém havia algum custo em não ceder.

O meu cabelo, como o cabelo de toda pessoa negra (hooks, 2005), mas em especial das mulheres era sempre ponto de debate sobre o que devia ou não fazer com os cabelos. E eu devo dizer, sempre fui muito resistente as intervenções na minha aparência. E assim eu persisti, como as mulheres que vieram antes de mim. Silenciosa e firme.

Desde que tenho lembrança meu cabelo foi um problema. Minha mãe certa vez afirmou que havia tido 4 filhos, 3 homens e uma mulher, e só essa tinha o cabelo ruim. Meu cabelo foi mantido curto até eu ter idade de cuidar dele, o que só aconteceu quando fiz 13 anos e determinei que ninguém cortaria mais minhas madeixas. Minha mãe relatou posteriormente que tinha vergonha de sair comigo por conta dos cabelos. E eles cresceram. Outra vez a cunhada de minha mãe e uma amiga, ambas donas de salão de beleza, discutiram calorosamente o que fazer para resolver o ‘problema’ do meu cabelo. Não acatei a decisão delas. Prossegui, minha mãe acatou minha decisão. Já adolescente eu via as amigas que alisavam seus próprios cabelos. Achava fio o resultado delas e continuava com meu ‘problema’ na cabeça. Depois no trabalho, as colegas também discutiam muito como eu deveria cuidar dos meus cabelos, fazia ouvidos surdos e

concordava sem mudar. Meus cabelos só deixaram de ser problema depois, bem depois quando os abracei e a minha negritude. Antes eles sempre estavam presos. Agora eu os solto em todas as ocasiões que considero de valor, ou trago-os trançados para enegrecer e reforçar esse valor de ser negra à vista de todos.

Imagem Foto 9 - Eduardo e Eu



4.1.3 Retornando aos estudos – redirecionando a rota

Abrir um escritório seguiu sendo fora de cogitação, àquela altura (2009/10) já havia concluído que os clientes vinham dos contatos sociais do arquiteto – meus contatos sociais, familiares e do bairro nunca me renderam projetos capazes de me fazer pagar minhas contas. Então comecei a calcular quanto tempo eu necessário ficar ali, naquele escritório, baseado na vida escolar de minhas filhas. O cálculo foi que quando a mais velha encerrasse o ensino médio, eu ficaria pagando somente o colégio da mais nova, e a mais nova quando passasse ao ensino médio faria o mesmo na rede pública, assim como eu, outrora. De tal forma que não precisaria manter o valor do meu salário, poderia viver com um pouco menos. Assim eu negocie trabalhar menos, no caso 6 horas dia. Essa época culminou no fim do casamento e na minha resolução de voltar a estudar. Voltar a estudar era essencial para mim.

Inicialmente pensei em tentar retomar ao mestrado que não terminei, porém resolvi cursar Filosofia na Universidade Estadual do Ceará, foi assim que 20 anos depois de ingressar no curso de arquitetura, em 2011, iniciei o curso de filosofia na UECE. No ano seguinte minha

filha mais velha, Giulia, entraria para fazer o curso de letras inglês na mesma universidade, e no campus – Centro de Humanidades, no bairro de Fatima.

Uma amiga médica, mulher negra com idade próxima a de minha mãe, sempre me questionou a cerca das minhas dificuldades com a cor da pele. Na verdade, confesso que era com muito incomodo que recebia as perguntas dela. Provavelmente ela foi quem deu o pontapé da minha identificação como mulher negra. Pois apesar do meu agora ex-marido me chamar de Rita Preta, eu nunca parei para pensar na questão da cor da minha pele. Penso, retrospectivamente, que me blindei mentalmente para não ver qualquer coisa relacionada a essa questão – lembremos da negação incutida na mente do cearense médio, ele só pode ver-se como pardo. Essa blindagem deve ter surgido na infância, pois mesmo dentro de casa haviam comentários permanentes sobre meus cabelos, ou mesmo quando me chamavam de mãe Rita (já depois de casada), em alusão as mães de santo... Sempre dizia a mim mesma que esse não era um problema meu, mas de quem estava tentando me atingir. Talvez eu quisesse dizer que não havia problema em ser negra, mas a consciência ainda não definida.

O curso de filosofia foi muito importante para abrir a minha visão para o mundo conceitual, e consistia no equilíbrio que eu precisava para me manter trabalhando como arquiteta, eu sai do escritório ‘opressivo’, contudo alguns anos depois tive de voltar a trabalhar para terceiros. Agora sempre meio período, só para pagar contas fixas. Tive muitas dificuldades financeiras por conta de minhas escolhas, tendo sendo ajuda por meus pais e amigos, inclusive durante o período da pandemia.

Creio que cursar filosofia me preparou para o curso de humanidades. Aqui sim, cheguei sabendo-me negra (havia lido o livro já citado de Neusa Souza), ainda insegura contudo. Na verdade, essa questão da cor da pele e da raça foi ficando mais evidente a medida que minha filha mais nova Bianca, crescia e ao seguir meus passos foi estudar no IFCE (Instituto Federal do Ceará), antiga ETFCE, tornando-se uma pequena militante. Fiz um concurso público (talvez em 2018) no qual concorri dentro das cotas raciais, e por ter ficado entre a quantidade de pessoas classificadas, tive que participar da banca de hétero identificação. Foi um terror psicológico provar que sou negra. Reli o edital muitas vezes, e me tranquilizei pois dizia: pardos ou negros. Tentava tranquilizar o meu espírito, que apenas se pacificou quando cheguei ao local da banca e vi dezenas de pessoas com meu mesmo biótipo. Ainda assim a auto declaração é assistida e gravada de frente para uma banca de pessoas, que pedem pra você dizer afirmativamente como você se declara. E, naquele momento me declarei parda porque não saiu da minha boca a palavra negra. Sempre fico muito observante de mim mesma, e essa mudança, esse crescimento me é muito caro. Hoje posso dizer que sou uma mulher negra e me orgulhar disso.

É muito evidente como a minha geração tem que fazer um trabalho ativo de reconstrução, quando as pessoas mais jovens, que nasceram dentro de um período mais estável politicamente - sem a sombra do regime militar, já com políticas afirmativas, e as lutas já mais avançadas, na minha percepção tem menos dificuldades construtivas quando da sua auto identificação, embora reconheça que as dificuldades ainda persistem. Noutra palavras: as dificuldades são diferentes. Esse intervalo de tempo que pode ser lido como de instabilidade a estabilidade, de não ter políticas afirmativas e agora tê-las, mudou inclusive o vocabulário que usamos, a forma expressar certas palavras e assuntos. E tudo é adaptativo.

Durante esse intervalo de tempo houve o ‘boom’ tecnológico, que aliás, não cessa. Lembro que quando iniciei os estudos na ETFCE e na UFC, ainda desenhava em prancheta, com lapiseira, papel, e que quando tive que migrar para o computador tive certa dificuldade. Programas de computador para desenhar precisavam ser aprendidos e desenvolvidas novas habilidades, agora havia a internet – a globalização, todos conectados, os arquivos ficam guardados em ‘nuvens’, e tudo num espaço de tempo relativamente curto.

Ao ler o livro Tornar-se Negro, aqui já mencionado, foi como abrir minha mente para a questão do embranquecimento da pessoa negra que ascende socialmente. Foi consolador, reconfortante. Foram tantas camadas, entender como nossos afetos são apropriados (casei com um homem branco), ainda que de forma inconsciente. Muito provavelmente ler esse livro e me identificar nas explicações feitas pela autora foram positivas. Por fim, as questões raciais tomaram um contorno efetivo quando eu adentro o curso de humanidades, na UNILAB. É ali na sua série de conteúdos relacionados, que já citei inicialmente, que definir um tema de TCC, e traço esta jornada de reencontro comigo mesma e com a minha área profissional.

Minha orientadora, a professora Dr^a Jacqueline Costa, fez-me o convite para participar de um grupo de estudos, o III e agora IV Ciclo de Formação do Pensamento Feminista Negro. Neste grupo de estudo, formado por mulheres negras e algumas mulheres indígenas, desde todo território nacional, além de lermos autoras negras falando sobre feminismo negro, existe a troca de experiências, de informação sobre trajetórias, que nos atravessam, nos emocionam e nos conectam. Foi então que entendi que meu estranhamento não era o desejo de ser diferente, nem era apenas por eu ser de um bairro periférico, ou por ser mulher, meu estranhamento estava explicado na interseccionalidade exposta por Lélia González (1985). O não pertencimento estava no fato de não me ver representada nas mulheres arquitetas com quem trabalhava e trabalho. Estava em não corresponder as imagens de mulheres em revistas de ambientação ou de arquitetura (P. H. Collins, 2019).

Os fatos: sou mulher negra, vinda da periferia, num lugar onde a prevalência é masculina, embora hajam mulheres, estas são brancas, e em geral essas pessoas veem de classes sociais diferentes da minha. Mulheres negras não ocupam lugares de destaque, nem como exceção, quem dirá como regra. Era difícil ser mulher dentro do fazer da arquitetura – como relatados em artigos sobre arquitetura e gênero- dei-me conta que como mulher negra, possuía um adicional de dificuldade, sobre o qual eu nunca havia refletido até chegar a UNILAB, acessar o Diagnostico do CAU e ser estimulada a pensar no tema para meu TCC.

Imagem 10 - Minha mãe (Marlene), eu e meu pai (Assis). Nov/2025.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que leio autores negros tenho percebido como lhes é ‘quase’ impossível falar fugindo da pessoalidade. Suas experiências pessoais não são somente suas. O conhecido autor negro, Franz Fanon relata sua solidão de homem negro em França, e de certa forma a descoberta de ser negro (não que ele não soubesse), num lugar onde a maioria são branco e ele torna-se um corpo estranho, a ser permanentemente apontado. Grada Kilomba relata que foi acusada de não ser neutra em sua pesquisa. De ser emocional demais. De se colocar demais naquilo que escrevia.

A neutralidade na pesquisa científica parece ser um atributo de pessoas brancas, que supõe pensar a totalidade da realidade. Quando estudei filosofia me questionava sobre as filosofias orientais, e sobre essa realidade total sobre a qual os filósofos se debruçavam. Embora os intelectuais negros possam ser acusados de ser menos científicos, ou mais focados em interesses próprios, não seria mentiroso afirmar que os pensadores ilustres da filosofia e das ciências, de modo geral, não poderiam falar deslocados de seus interesses ou pensar um mundo

que não lhes fosse próprio. Mesmo que para isso escrevam e teorizem de forma impessoal. O que chama atenção talvez seja a eventual negação da possibilidade de outras realidades.

Com todas essas novas informações na mente, tendo tido contato com 1º Diagnóstico – Gênero da arquitetura e Urbanismo do CAU BR (2020) plantei a semente deste TCC. Depois, quando já participava do grupo de estudos da Profa. Dr^a Jacqueline Costa, vi uma chamada do CAU-CE para o 1º Encontro de Arquitetura e Urbanismo Negro e Indígena do Ceará. Meu coração pulou, agitado. Não pude ir ao primeiro dia, mas fui ao segundo dia, que foi uma grande partilha das trajetórias daqueles arquitetos e arquitetas negros e de um arquiteto indígena do Ceará. Pela primeira vez, desde que me formei eu estava num lugar da arquitetura e do urbanismo onde eu não era um corpo estranho, meu corpo-território pode pertencer ao espaço. Passei dias impactada por esse encontro. Escrevi. Porque é o modo como organizo minimamente minhas ideias. E ainda estou fazendo isso, mesmo agora. Vejam bem, eu me formei em 1996, e em 2024 houve o primeiro encontro de arquitetos negros e indígenas, 28 anos depois.

Conceição Evaristo afirma que a escrevivência é a escrita do vivido, não para demonstrar poder, mas para dar voz a nossa ancestralidade silenciada, Grada fala do deixar de ser objeto e passar a ser o sujeito que produz a sua história. Que entende a margem a partir e de dentro dessa margem. Esse encontro com outros como eu trouxe à tona essas verdades, da recuperação da fala de nós e daqueles de antes de nós e de nos tornarmos sujeitos.

Também foi nesse encontro que percebi que minha história pessoal não é uma história tão particular quanto eu imagino, assim como foi no grupo de estudo do Lélia também. Se há mulheres negras da minha idade ou aproximada a minha idade, que não tiveram acesso a cotas pois no passado não haviam cotas, é muito provável que estas também tenha vindo de famílias capazes de mantê-las sem trabalhar durante o percurso do curso de arquitetura, ou de cursos similares. Daquelas e daqueles que conheci, os homens tendem a permanecer no fazer arquitetônico mais que as mulheres, que tendem a procurar alternativas, como concursos, carreira acadêmica para seguir no exercício da profissão, como vimos nas falas das arquitetas mencionadas no encontro do CAU-CE sobre mulheres arquitetas.

Imagem 11 - Mulheres negras no II Encontro de arquitetura e urbanismo negro e indígena nov/2025.



Desde os I e II Encontro de Arquitetura e Urbanismo Negro e Indígena, nunca havia pensado que iria me sentir tão feliz – sim feliz!, e também no fato de recuperar certa fé, fé de que é possível pensar a arquitetura e o seu fazer fora dos parâmetros de um pensamento colonizado, masculino branco, e fazê-lo agora da margem, da periferia, dos novos olhares que chegam ventilando, arejando a arquitetura e o urbanismo com suas visões, não mais do centro, pensando a partir de suas origens, um novo fazer arquitetônico, tencionando estruturas que estão a muito tempo engessadas.

Agora além de discutir gênero, estamos(os arquitetos e arquitetas) discutindo raça, discutimos decolonialismo, agora estamos admitindo outro olhar sobre a arquitetura, estamos visualizando que arquitetura pensada por homens para homens esquece as necessidades das mulheres, que a arquitetura de pessoas de classe média e alta, não compreende de dentro a necessidade das pessoas que vem de classes mais baixas, sem nenhuma condição econômica de construir ou de ter uma orientação técnica. Quando digo ‘agora’ me refiro talvez a última década, onde os estudos se multiplicaram e estão imbricadas nessas temáticas, tendo uma ou mais das questões como: classe, gênero e raça. Quero lembrar que fiquei no mercado cerca de 15 anos antes de retornar a academia, via curso de filosofia onde me demorei 10 anos. Nestes últimos 4 anos de UNILAB minha visão de mundo e de arquitetura entrou em compasso, numa espécie de conjunção ou alinhamento.

Em nenhum momento pretendo dizer que esse novo percurso é ou será fácil, pensemos nas dificuldades das pessoas antes de mim, e mesmo nas pessoas e suas dificuldades atuais, que se repetem cotidianamente. A estrutura construída da sociedade capitalista persiste, os jovens procuram fissuras nessa estrutura, avançando em novas pesquisas, crescendo nestas pesquisas, na docência, em áreas correlatas e ajudando-se mutuamente, formando coletivos para poder dar

voz e vazão a uma visão arquitetônica acadêmica menos patriarcal, menos colonizada, admitindo novas visões de mundo, admitindo que os saberes populares no campo da organização espacial da casa/edifícios e das cidade também é saber válido.

E essas são minhas considerações, poderia ter feito terapia ou seguido para a psicanálise, numa tentativa de entender minha relação com o mundo e talvez me ajustar. Essa ideia sempre me incomodou. Estudar foi a minha saída. Compreender, por exemplos: as questões políticas, estudar um pouco de economia, olhar a sociedade e a forma como se compõe via sistema capitalista, já aliviou minha tensão com o sistema. Porquê? Porque entender lhe tirar de ignorância. Seguir estudando novos conceitos, mas principalmente ler autores negros, observar a forma como eles acabam por expor suas vidas, que estão imbricadas em seus textos, em suas temáticas me fez ter uma outra percepção de mim mesma. Aqui utilizei a escrivência para trazer minhas memórias ao papel, muito não foi dito, porque uma lembrança traz outro e depois outra. Escrever é também dar novo significado as memórias, penso eu. É apropriar-se da própria história. No grupo de estudos, que efetivamente sinto com um local seguro, aprendi sobre auto identificação coletiva, sobre fortalecimento, sobre apoio – sem o qual aliás, não teria feito essa caminhada.

Por fim agradecer as confluências da vida, e lançar um olhar para um futuro possível, sempre muito grata pelo presente de poder me reconhecer, reencontrar, reconectar dentro do campo profissional a partir de conceitos do campo social, e aguardar as novas produções desses jovens - talvez minhas - que contribuem com suas existências e trajetórias, e com seu fazer profissional, pretendendo melhorar nossa experiência no espaço-mundo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Lia pereira Saraiva Gil (2016) - Questões De Género Em Arquitetura: História(S), Espaço(S) E Experiências Profissionais E Arquitetônicas, Revista Exaequo, Lisboa Portugal

COLLINS, Patrícia Hill. Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo / organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes; 1. ed. -Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro Latino Americano. 1ª ed. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 2020.

HOOKS, Bell. Alisando o Nosso Cabelo, em Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artista de Cuba, janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 244 p.

MARTINS, Érica Maria de Barros. ROMPENDO SILÊNCIOS: Visibilizando as mulheres arquitetas a partir da trajetória de Nícia Paes Bormann, dissertação de mestrado UFC, Ceará – 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941 –Metodologia do trabalho científico [livro eletrônico] / Antônio Joaquim Severino. – 2. ed.– São Paulo: Cortez, 2017
4,4 Mb; e Pub

SOUZA, Neusa Santos, Tornar-se negro ou As Vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social- 1ª. ed – Rio de Janeiro: Zahar. 2021

SOUZA, Jessé - Jessé O pobre de direita: a vingança dos bastardos - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

REVISTAS ELETRÔNICAS:

1º Diagnostico – Gênero da arquitetura e Urbanismo do CAU BR (2020)
https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/DIAGN%C3%93STICO-%C3%ADntegra.pdf?utm_medium=website&utm

<https://www.archdaily.com.br/br/895898/4-projetos-que-buscam-a-profundar-a-discussao-de-raca-na-arquitetura> 11/01/2023

<https://www.archdaily.com.br/br/919254/o-peixe-morto-na-praia-o-problema-das-mulheres-na-arquitetura>

FILME YOUTUBE

https://www.youtube.com/watch?v=fnV7bGyH_DE